

**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAIBA
CENTRO DE EDUCAÇÃO**

**JOSEFA MANUELA SANTOS DA SILVA
JAKELINE DA SILVA FARIAS**

**AS POLÍTICAS DE EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS (EJA) NA EDUCAÇÃO
DO CAMPO: UM OLHAR NA ESCOLA MUNICIPAL DE ENSINO FUNDAMENTAL
PROF. TARCÍSIO BURITY NO MUNICÍPIO DE SANTA RITA/PB**

**JOÃO PESSOA
2014**

**JOSEFA MANUELA SANTOS DA SILVA
JAKELINE DA SILVA FARIAS**

**AS POLÍTICAS DE EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS (EJA) NA EDUCAÇÃO
DO CAMPO: UM OLHAR NA ESCOLA MUNICIPAL DE ENSINO FUNDAMENTAL
PROF. TARCÍSIO BURITY NO MUNICÍPIO DE SANTA RITA/PB**

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC)
apresentado ao curso de Pedagogia com área
de Aprofundamento em Educação do Campo
para a obtenção do Grau de Pedagogas.

Orientadora: Professora Dra. Maria do Socorro
Xavier Batista.

JOÃO PESSOA
2014

S586p Silva, Josefa Manuela Santos da.

As políticas de educação de jovens e adultos (EJA) na educação do campo: uma olhar na Escola Municipal de Ensino Fundamental Prof. Tarcísio Burity no município de Santa Rita/PB / Josefa Manuela Santos da Silva, Jakeline da Silva Farias. – João Pessoa: UFPB, 2014.

66f. ; il.

Orientador: Maria do Socorro Xavier Batista

Monografia (graduação em Pedagogia – Educação do Campo) – UFPB/CE

1. Educação do campo. 2. Educação de jovens e adultos. 3.
Políticas públicas. I. Farias, Jakeline da Silva. II. Título.

Autorização para Publicação Eletrônica de Trabalhos Acadêmicos

Na qualidade de titulares dos direitos autorais do trabalho citado, em consonância com a Lei nº 9.610/98, autorizamos a Universidade Federal da Paraíba a disponibilizar gratuitamente em sua biblioteca digital, e por meios eletrônicos, em particular pela internet, extrair cópias sem ressarcimento dos direitos autorais, o referido documento de nossa autoria, para leitura, impressão e/ou *download*, conforme permissão concedida.

**JOSEFA MANUELA SANTOS DA SILVA
JAKELINE DA SILVA FARIAS**

**AS POLÍTICAS DE EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS (EJA) NA EDUCAÇÃO
DO CAMPO: UM OLHAR NA ESCOLA MUNICIPAL DE ENSINO FUNDAMENTAL
PROF. TARCÍSIO BURITY NO MUNICÍPIO DE SANTA RITA/PB**

Este Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) foi julgado adequado para a obtenção do grau de Pedagogas e aprovado na sua forma final pela Universidade Federal da Paraíba.

Data: _____ / _____ / _____.

Nota: _____

Profa. Dra. Maria do Socorro Xavier Batista (CE/UFPB)
Orientadora

Prof. Msc. Luciano de Sousa Silva (CE/UFPB)
Avaliador

Prof. Dr. Fábio do Nascimento Fonseca (CE/UFPB)
Avaliador – professor da disciplina TCC

JOÃO PESSOA
2014

Dedico este trabalho:
Aos meus pais por fazerem parte da minha história;
Aos meus irmãos e irmã;
À professora Dra. Maria do Socorro Xavier Batista, pela confiança e incentivo;
Às minhas amigas Manuela Santos, Lucileide, Silvia Karla, Clara Nascimento.

Jakeline da Silva Farias

Dedico este trabalho:
À minha mãe Ivonete Rita dos Santos minha eterna rainha;
À minha família em especial meu esposo Fábio dos Santos Dantas;
À professora Maria do Socorro Xavier Batista, pela dedicação e carinho que sempre nos transmitiu.

Josefa Manuela Santos da Silva

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus por ter permitido que chegasse onde eu estou.

À minha família, mas em especial aos meus pais Maria das Neves da Silva Farias e Antônio Pereira de Farias que sempre me apoiaram nos estudos desde bem pequena, mesmo não possuindo ensino superior, mas sempre ofereceu a mim e aos meus irmãos a oportunidade de estudar e nos mostrou que o caminho para sermos bem-sucedidos é só através da educação.

Aos meus irmãos Jackson da Silva Farias, Jonas da Silva Farias, Luzia de Cássia da Silva Farias, o primeiro foi o que mais me incentivou a fazer um curso superior, que através do seu exemplo de dedicação à Universidade Federal da Paraíba (UFPB), mas precisamente ao Laboratório de Engenharia Mecânica, mostrou-me a importância da educação para minha vida profissional, infelizmente hoje ele não faz parte do quadro de servidores da UFPB, mas agora está dando sua contribuição na Petrobras que fica localizada em Fortaleza-CE.

A alguém muito especial e único na minha vida, a Temisson Silva Santos.

Também às minhas amigas Josefa Manuela Santos da Silva e Silvia Karla Batista Macena que me deram grande força em um momento difícil e pessoal que enfrentei ao longo do ano de 2011, que foi quando pensei em desistir do curso.

Também aos meus queridos professores, Dra. Eliane Ferraz, Msc. Eliane Maciel, Msc. Luciélío Marinho da Costa, Msc. Luciano Sousa, Dr. Romero Antônio de Moura Leite e em especial a professora Dra. Maria do Socorro Xavier Batista com a qual trabalhei como bolsista em um projeto de pesquisa do Programa de Iniciação Científica (PIBIC) e também como voluntária do Programa de Licenciaturas (PROLICEN), a qual me ajudou e confiou em desenvolver o meu trabalho nestes projetos. E sempre me incentivou na pesquisa, nos estudos e a não me contentar apenas com a graduação, mas ir para o mestrado.

Também ao CNPq e à UFPB por ter me incentivado e ajudado no meu crescimento intelectual e a fazer parte da Iniciação Científica nesta conceituada Universidade.

Jakeline da Silva Farias

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus, meu tudo que sempre esteve presente em minha vida, que me deu força para continuar lutando, coragem para seguir em frente.

À minha família que esteve me apoiando e ensinando o caminho para se chegar ao sucesso, em especial minha mãe Ivonete Rita dos Santos, pessoa humilde, que nunca deixou faltar nada para minha educação, e ao meu marido Fábio dos Santos Dantas que me transmitiu muita força nos momentos em que pensei em desistir e seguir adiante com meus sonhos.

Às minhas amigas, Ana Maria Correia Martins, Clara Nascimento, Gerlany Padilha da Silva, Jakeline da Silva Farias, Lucileide Paz da Silva, Silvia Karla Batista de Macena, que me ajudaram a trilhar esse caminho e querer chegar ao final da graduação, porém já pensando no mestrado.

À minha orientadora Maria do Socorro Xavier Batista a quem tenho muito a agradecer, pois nos apoiou e transmitiu toda a positividade e alegria em orientar a mim e minha amiga Jakeline da Silva Farias.

Aos queridos professores Dr. Alexandre Magno, Msc. Luciano Sousa Silva, Dr. Romero Antônio de Moura Leite, pessoas humildes de coração, que contribuíram de forma significativa para que eu continuasse a fazer parte desta Universidade e quisesse buscar novas realizações para minha carreira profissional, durante todo o curso de Pedagogia, Licenciatura com Área de Aprofundamento em Educação do Campo; cursamos diversas disciplinas, porém as que mais me marcaram e tornaram meu aprendizado melhor foram as dos professores supracitados.

Josefa Manuela Santos da Silva

“Ninguém educa ninguém, ninguém educa a si mesmo, os homens se educam entre si, mediatizados pelo mundo.”

Paulo Freire

RESUMO

Este trabalho de conclusão de curso (TCC) foi realizado em Odilândia, município de Santa Rita e busca investigar as propostas para a Educação de Jovens e Adultos (EJA). Inicialmente abordaremos a vivência das autoras com a educação de jovens e adultos e as experiências que tiveram durante o trajeto de suas vidas, como também o objetivo geral que é analisar as propostas de políticas públicas de Educação do Campo para a modalidade EJA na cidade de Santa Rita e os objetivos específicos: identificar se a secretária de Educação do município cumpre com as determinações do ordenamento jurídico referente à Educação de Jovens e Adultos nas escolas do campo. Falaremos sobre a metodologia abordada, tendo como base a pesquisa qualitativa através de questionários e entrevista semiestruturada. Em seguida foi trabalhado a Educação de Jovens e Adultos e a Educação do Campo, uma construção histórica no cenário nacional, como uma nova etapa da educação no Brasil, perpassando pelo período colonial, assim como as lutas que ocorreram para firmar uma educação voltada para as especificidades da população camponesa, com foco nos jovens e adultos; além disso, discorreremos sobre a Educação do Campo e as Políticas Públicas no contexto da EJA, as políticas voltadas para esta modalidade de ensino e a luta dos movimentos sociais para efetivá-la. Iniciando o terceiro capítulo falaremos sobre a Educação de Jovens e Adultos na cidade de Santa Rita, seu contexto histórico e o processo de alfabetização de jovens e adultos; apresentaremos a análise da pesquisa feita na Escola Municipal de Ensino Fundamental Prof. Tarcísio de Miranda Burity acerca das Políticas Públicas realizadas no local, e os impactos que trazem para a vida do educando e seus familiares.

Palavras-chave: Educação do Campo. Educação de Jovens e Adultos. Políticas Públicas.

ABSTRACT

This monography, was held in Odilândia, municipality of Santa Rita and seeks to investigate the proposals for the Education of Young People and Adults. Initially we will discuss the experience of the authors with the Adults and Youths Education (AYE) and their experiences during the course of their lives, but also the overall objective which is to analyze the proposals of Public Policies of the Field Education to AYE modality in Santa Rita and specific objectives, identify whether the municipal secretary of education complies with the determinations of the legal system concerning the education of young people and adults in schools and investigate through intervention research if there is positive response in learning of students of adult and youth education, we'll talk about the methodology taken, based on the qualitative research via questionnaires and semi structured interview. It was then worked the Education of Young People and Adult in the Field, a historic building on the national scene as a new stage of education in Brazil, passing the colonial period, as well as the struggles that took place to secure an education focused on the specificities of the peasant population, with a focus on young people and adults, in addition, carry on about the Field Education and Public Policies in the context of the AYE, the policies directed to this modality of teaching and the struggles of social movements for committing it. Starting the third chapter we'll talk about the education of young people and adults in the town of Santa Rita, its historical context and the process of adult and youth literacy, we will present an analysis of the survey on elementary Municipal School Prof. Tarcísio de Miranda Burity about Public Policies carried out at the scene, and the impacts that bring to life the learner and their families.

Keywords: Field Education; Adult and Youth Education; Public Policies

LISTA DE TABELAS E FOTOS

Tabela 01	Condições de Oferta do Noturno - Rede Municipal 2009	41
Tabela 02	Número de Alunos EJA Matriculados em 2013	42
Tabela 03	Alunos por ciclos	43
Tabela 04	Escolas do campo que oferecem EJA	43
Tabela 05	Alunos matriculados no Campo, Primeiro e Segundo segmentos por escola ..	44
Tabela 06	Alunos matriculados no Segundo segmento da EJA	45
Foto 01	Sala de aula com quadro de giz	49
Foto 02	Atividade realizada em sala de aula por alunos e professoras	50

LISTA DE SIGLAS

ALFASOL - Alfabetização Solidária

CE - Centro de Educação

CNPQ - Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

CONFITEA - Conferência Internacional de Educação de Adultos

DFE - Departamento de Fundamentação da Educação

EJA - Educação de Jovens e Adultos

FNEP - Fundo Nacional de Ensino Primário

GPT - Grupo Permanente de Trabalho da Educação do Campo

IDE - Indicadores Demográficos e Educacionais

IDEB - Índice de Desenvolvimento da Educação Básica

LDB - Lei de Diretrizes e Bases da Educação

MEB - Movimento de Educação de Base

MEC - Ministério da Educação e Cultura

MOBRAL - Movimento Brasileiro de Alfabetização

MSC – Movimentos Sociais do Campo

MCP - Movimento da Cultura Popular

PNE - Portadores de Necessidades Especiais

PNC - Programa Nacional de Capacitação de Gestores Ambientais

PBA - Programa Brasil Alfabetizado

PEJA - Política de Educação de Jovens e Adultos

UFPB - Universidade Federal da Paraíba

PRONERA - Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária

UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura.

TCC - Trabalho de Conclusão de Curso

UVA - Universidade Vale do Acaraú

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	13
1.1 Metodologia da pesquisa	15
2 A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS E A EDUCAÇÃO DO CAMPO – UMA CONSTRUÇÃO HISTÓRICA NO CENÁRIO NACIONAL	18
2.1 Contexto histórico das Políticas Públicas de Educação de Jovens e Adultos no Brasil	18
2.1.1 Práticas educativas na Educação <i>para</i> Jovens e Adultos	25
2.2 A Educação do Campo e Políticas Públicas no contexto da EJA	26
3 A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NA CIDADE DE SANTA RITA	40
3.1 Contexto Educacional do município de Santa Rita	40
3.2 A EJA no Campo e na Escola Municipal de Ensino Fundamental Tarcísio de Miranda Burity	42
3.2.1 Funcionamento da EJA na escola de Ensino Fundamental Professor Tarcísio de Miranda Burity	45
3.2.1.1 <i>Relatos dos alunos</i>	46
3.2.1.2 <i>Relato das professoras</i>	47
3.2.1.3 <i>Relato do secretário de educação</i>	51
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS	53
REFERÊNCIAS	56
APÊNDICE	61

1 INTRODUÇÃO

Este Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) é resultado dos estudos, reflexões e pesquisa que tiveram como objeto a análise das Políticas Públicas para a Educação de Jovens e Adultos (EJA), direcionada à população camponesa no município de Santa Rita. Para entender esse objeto definimos como objetivo geral analisar as propostas de políticas públicas de Educação do Campo para esta modalidade no município, e, como objetivos específicos: identificar se a Secretaria de Educação do Município oferta EJA nas escolas do campo e se cumpre com as determinações do ordenamento jurídico referente à Educação de Jovens e Adultos nas escolas do Campo. Para tanto, a pesquisa foi realizada na Secretaria de Educação do município e na Escola Municipal de Ensino Fundamental Professor Tarcísio de Miranda Burity.

Antes de aprofundarmos a temática é importante ressaltar que a escolha deste tema se deu pela proximidade das autoras com o objeto de estudo, pelas experiências que tivemos com a Educação do Campo e com a Educação de Jovens e Adultos e o foco no campo se dá em virtude da área de aprofundamento do curso.

A proximidade que a autora Josefa Manuela Santos da Silva tem com a temática está relacionada ao fato desta ser natural do município de Itapororoca/PB e ao longo de sua vida profissional ter-se envolvido diretamente com a educação de jovens e adultos, já que, aos dezesseis anos participou como alfabetizadora do Programa Brasil Alfabetizado (PBA) criado em 2003 pelo Ministério da Educação e Cultura (MEC), que visava desenvolver a alfabetização de jovens e adultos e tinha como objetivo a universalização e o acesso à educação. Este programa faz parte da Política de Educação de Jovens e Adultos (PEJA) que, por meio de transferência de recursos do Governo Federal, espalhou-se por todo o território nacional melhorando o aprendizado dos alunos.

Aos dezoito anos, esta autora participou como educadora do Programa Alfabetização Solidária (ALFASOL), que foi criado no ano de 1996 e tinha como objetivo a disseminação, fortalecimento e desenvolvimento do social, através de práticas sustentáveis e educativas. Como entidade da sociedade civil, era um modelo simples de educar e alfabetizar de baixo custo, através de parcerias com diversos setores da sociedade. O ALFASOL tinha como missão a ampliação da oferta pública da EJA em todo o país.

Esta experiência foi importante, pois a relação educador/educando, no sentido de ensino-aprendizagem, nos proporcionou a troca de ideias, uma vez que partilhamos saberes e adquirimos novas experiências. As aulas eram ministradas no sítio Marés, localizado na zona

rural da cidade de Itapororoca.

Além disso, o ingresso no curso de Pedagogia, Licenciatura com Área de Aprofundamento em Educação do Campo, na Universidade Federal da Paraíba nos proporcionou a oportunidade e adquirir novos conhecimentos relacionados à Educação do Campo; através de estágio supervisionado e pesquisas, tivemos a oportunidade de saber um pouco sobre a realidade campesina.

A autora Jakeline da Silva Farias teve sua experiência iniciada na Educação do Campo a partir de 2009, ano em que ingressou no curso de Pedagogia, Licenciatura com Área de Aprofundamento em Educação do Campo. Em 2010 foi bolsista, durante dois anos, em um projeto de pesquisa financiado pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e desenvolvido pelo grupo de Pesquisa Educação Popular e Movimentos Sociais do Campo, sob a coordenação da professora Doutora Maria do Socorro Xavier Batista da Universidade Federal da Paraíba (UFPB).

O referido projeto de pesquisa tinha como título “Diagnóstico da educação nas escolas do campo nos municípios da área metropolitana de João Pessoa” e objetivava elaborar um diagnóstico sobre a situação da educação no meio rural da região metropolitana de João Pessoa, composta pelos municípios de Santa Rita, Lucena, Rio Tinto, Mamanguape, Cruz do Espírito Santo, Conde, Alhandra, Caaporã, Pitimbu, Bayeux, Cabedelo e João Pessoa, o que proporcionou um banco de dados sobre a estrutura e o funcionamento das escolas do meio rural nessa região. O levantamento das dificuldades e os problemas por elas enfrentados contribuíram para orientar a definição de ações que proporcionaram aos alunos do curso de Pedagogia, Licenciatura com Área de Aprofundamento em Educação do Campo, o conhecimento antecipado das escolas onde poderiam atuar no estágio supervisionado, componente curricular obrigatório do curso.

No decorrer dos dois anos do projeto, foram realizadas formações e pesquisas em mais seis municípios da Paraíba: Jacaraú, Riachão, Araçagi, Sapé, Itabaiana e Esperança, que foi bastante significativa, porque a partir dela tivemos o primeiro contato com a realidade dos gestores, professores e educandos das escolas do campo de cada município pesquisado.

Também participou do projeto intitulado de Educação do Campo e Formação continuada de Educadores das Escolas dos Assentamentos Apasa, Nova Vida, 1º de Março, Sede Velha do Abiaí, Teixeira e Camuncim do município de Pitimbu/PB. Este projeto teve como objetivo promover encontros de formação continuada para os educadores que atuam na Educação Infantil e no Ensino Fundamental, buscando promover a melhoria do processo de

ensino e aprendizagem nas escolas. O referido projeto foi desenvolvido com professores de seis assentamentos onde ficam localizadas as escolas do campo.

A partir de 2012, a autora Jakeline da Silva Farias passou a ser professora da Educação Infantil do quadro de funcionários do município de Santa Rita, atuando numa escola localizada na área rural.

Além das nossas experiências com a Educação do Campo, observamos que o município de Santa Rita, se encontra a 16 km da capital João Pessoa e se destaca por possuir, de acordo com a pesquisa realizada, uma extensa zona rural com aproximadamente trinta e duas escolas e creches as quais atualmente são de administração municipal; existem ainda as estaduais, federais e privadas.

A partir daí, surgiu o nosso interesse em verificar nesta cidade, se as políticas públicas voltadas para a Educação de Jovens e Adultos do Campo estão sendo efetivadas. Para tanto, realizamos uma pesquisa na Secretaria de Educação do município, com a finalidade de obter dados gerais sobre a educação e sobre a EJA. Para aprofundar o conhecimento sobre o objeto fizemos uma investigação na Escola Municipal de Ensino Fundamental Professor Tarcísio de Miranda Burity localizada em Odilândia, com o objetivo de conhecer o funcionamento da turma de EJA ofertada na escola e aplicar questionário com os professores e alunos.

Para atender a esta finalidade, o primeiro capítulo busca inserir o leitor na proposta a ser abordada na pesquisa, apresentando o objeto de estudo e a metodologia a ser utilizada para desenvolver este trabalho.

1.1 Metodologia da pesquisa

A pesquisa é o caminho pelo qual buscamos as respostas para nossos questionamentos e inquietações. A metodologia deve ajudar a explicar não apenas o objeto de estudo, mas principalmente seu próprio processo (BRUYNE, 1991).

Segundo Minayo (1993) a metodologia da pesquisa é considerada como atividade básica das ciências, a sua indagação vem a ser a descoberta da realidade dos alunos. É uma atitude e uma prática teórica de constante busca, que definem um processo intrinsecamente inacabado e permanente. É uma atividade de aproximação sucessiva da realidade e faz a combinação particular entre teoria e dados.

A pesquisa permite a interface e interação entre teoria e prática e só acontece através das condições ideais que a prática permite, pois é através desta, que as evidências podem ser identificadas segundo Figueiredo (2009, p. 01):

A pesquisa social trabalha com pessoas, com atores sociais em relação, com grupos específicos. Esses sujeitos da investigação são construídos teoricamente enquanto componentes de um objeto de estudo. Empiricamente, fazem parte de uma relação de intersubjetividade, de interação com o pesquisador, desta relação resultando um produto novo e contrastante, tanto com a realidade concreta, quanto com as hipóteses e pressupostos teóricos, em um processo amplo de produção de conhecimento.

Este tipo de pesquisa trabalha diretamente com os sujeitos sociais em estudo, para conhecer o universo onde está inserido a fim de se ter um conhecimento aprofundado da realidade pesquisada, buscando assim uma base sólida e teórica para o estudo. Neste estudo fizemos uma pesquisa qualitativa, mas usando dados quantitativos que nos dão conhecimento sobre as políticas de EJA no município.

A pesquisa social e educacional pode ter um enfoque quantitativo e qualitativo. Podemos verificar isso quando Neves (1998, p.1) afirma que “a pesquisa social tem sido fortemente marcada por estudos que valorizam o emprego de métodos quantitativos para descrever e explicar fenômenos”. A pesquisa quantitativa tem como principal objetivo analisar os dados que foram recolhidos em questionários realizados com os sujeitos que foram pesquisados, ou seja, visa à quantidade de dados obtidos. A pesquisa quantitativa possui um plano estabelecido baseado em hipóteses e variáveis, o foco de interesse desta pesquisa é amplo e tem a perspectiva diferente de acordo com o método utilizado. Para o pesquisador é importante obter dados descritivos, pois é através do contato direto e interativo que ele tem possibilidades de captar a situação que é objeto de estudo da pesquisa.

Os estudos qualitativos são realizados no local de origem, onde o pesquisador busca obter resultados aprofundados daquilo que está sendo pesquisado. De acordo com Minayo (2007) e Lakatos et al. (1986), quando o objeto de estudo é determinado, selecionam-se as possibilidades capazes de influenciar os sujeitos pesquisados. No entanto, isso não impede ao pesquisador de usar seu conhecimento empírico.

Quando se busca conhecer o objeto estudado, é preciso entender aquilo que está diante do outro; para isso é necessário se ter uma metodologia, onde podemos nos orientar e descobrir o que está à nossa volta, buscando relacionar o que se fala ao que se faz; esse é um processo contínuo utilizado em nosso cotidiano. Foi nessa perspectiva que nossa pesquisa foi baseada e é nesse contexto que este trabalho está estruturado em três capítulos, além das considerações finais.

Nesta investigação priorizamos uma perspectiva qualitativa, a qual tem como critério de produção do conhecimento a relação dinâmica entre o mundo real e os sujeitos envolvidos na pesquisa, buscando um olhar mais aprofundado da dinâmica do fenômeno estudado,

tomando como foco o estudo de caso em uma escola para ter uma ideia mais apurada da efetividade das políticas de EJA no município tomado como campo empírico do estudo.

Utilizamos como instrumentos de coleta de dados: um formulário para levantar dados na Secretaria de Educação sobre as políticas de EJA e da Educação Básica implantadas no município; um questionário com perguntas, aplicado ao Secretário de Educação do Município de Santa Rita, o Sr. Gilvandro Inácio dos Anjos. Um questionário aplicado com as professoras da Escola Municipal de Ensino Fundamental Tarcísio de Miranda Burity, como também aos alunos da referida escola.

Inicialmente faremos uma abordagem introdutória sobre a pesquisa. No capítulo seguinte faremos um breve histórico da Educação do Campo e da Educação de Jovens e Adultos perpassando pelo período colonial e pelas propostas dos Movimentos Sociais do Campo (MSC), assim como as lutas que ocorreram para firmar uma educação voltada para as especificidades da população camponesa, com foco nos jovens e adultos. No terceiro capítulo apresentaremos a análise da pesquisa feita na Escola Municipal de Ensino Fundamental Prof. Tarcísio de Miranda Burity acerca das Políticas Públicas implementadas no local, e os impactos que trazem para a vida dos educandos e finalizaremos com as considerações finais acerca de toda a temática abordada.

2 A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS E A EDUCAÇÃO DO CAMPO - UMA CONSTRUÇÃO HISTÓRICA NO CENÁRIO NACIONAL

Neste capítulo problematizaremos as questões referentes à Educação de Jovens e Adultos e a Educação do Campo, apontaremos perspectivas e princípios da Educação do Campo e realizaremos um sucinto resgate das concepções e práticas da Educação de Jovens e Adultos, no sentido de compreender se as Políticas Públicas para a EJA no Campo vem se efetivando na cidade de Santa Rita e mais especificamente na Escola Municipal de Ensino Fundamental Professor Tarcísio Burity.

2.1 Contexto histórico das Políticas Públicas de Educação de Jovens e Adultos no Brasil

Para entendermos a trajetória da EJA precisamos observar o desenvolvimento do sistema educativo brasileiro que começou a ser intensificado com a exploração dos recursos naturais existentes no Brasil. Isso mexeu com diversos setores da sociedade como o econômico, político, científico e educativo. De 1549 a 1759 os jesuítas foram os que desenvolveram a educação no Brasil.

A forma de educação praticado no país por governantes no ano de 1822 até o século XX foi uma educação voltada para a classe dominante em que prevalecia a parte econômica e a intelectual, onde os negros, pobres e indígenas eram esquecidos. Até a primeira Lei que vigorou no período imperial, que fala sobre a educação, não contemplava as especialidades da zona rural onde a população brasileira vivia, segundo Nascimento (2011, p. 2):

[...] Para dar conta de gerar uma lei específica para a instrução nacional, a Legislatura de 1826 promoveu muitos debates sobre a educação popular, considerada premente pelos parlamentares. Assim, em 15 de outubro de 1827, a Assembleia Legislativa aprovou a primeira lei sobre a instrução pública nacional do Império do Brasil, estabelecendo que em todas as cidades, vilas e lugares populosos haverá escolas de primeiras letras que forem necessárias. (*grifo do autor*) A mesma lei estabelecia o seguinte: os presidentes de província definiam os ordenados dos professores; as escolas deviam ser de ensino mútuo; os professores que não tivessem formação para ensinar deveriam providenciar a necessária preparação em curto prazo e às próprias custas; determinava os conteúdos das disciplinas [...].

A partir de 1920 surgiu um grupo de intelectuais brasileiros que queriam ajustar as ideias da Escola Nova de Dewey, onde obtiveram alguns resultados como nos afirma Borba (1984, p. 15):

- a) As necessidades educativas populares são levadas em consideração;

- b) É criado o Ministério da Educação (1930);
- c) Em 1931 é feita de uma parte a integração entre a escola primária e secundária e d'outra entre a escola secundária e universitária;

Mesmo com essas iniciativas o ensino brasileiro continua atrasado no que diz respeito à urbanização e industrialização. Pois, existia uma série de precariedades nas cidades e nas indústrias, principalmente com a mão de obra qualificada e as pessoas que trabalham nas indústrias são os jovens e adultos remanescentes das periferias e da zona rural.

Ao falarmos especificamente da Educação de Jovens e Adultos (EJA), referimo-nos a uma modalidade de ensino que, embora tivesse havido iniciativas no Período Colonial e no Império, só depois de alguns anos foi reconhecida como parte integrante da educação e recebeu apoio do governo.

A criação da Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO), em 1945, traz consigo a solicitação de que os adultos analfabetos sejam ensinados. No ano de 1947, iniciou-se a Campanha Nacional de Educação de Adultos cujo objetivo era alfabetizar os adultos em três meses. Mas somente a partir das ideias libertadoras de Paulo Freire é que se passou a discutir, de fato, sobre o analfabetismo e educação de adultos no Brasil, destacando a proposta de educador e educando se comunicarem e de se adequar a metodologia para atender às classes populares. Como destacam Di Pierro, Joia e Ribeiro (2001, p. 60):

Campanha de 1947 deu também lugar à instauração no Brasil de um campo de reflexão pedagógica em torno do analfabetismo e suas consequências psicossociais; entretanto, ela não chegou a produzir nenhuma proposta metodológica específica para a alfabetização de adultos, nem um paradigma pedagógico próprio para essa modalidade de ensino. Isso só viria a ocorrer no início dos anos 60, quando o trabalho de Paulo Freire passou a direcionar diversas experiências de educação de adultos organizadas por distintos atores, com graus variados de ligação com o aparato governamental.

Os programas que mais se aproximavam das ideais atuais da EJA começaram na década de 1960, como ensinam os autores Di Pierro, Joia e Ribeiro (2001, p. 12) “quando o trabalho de Paulo Freire passou a direcionar diversas experiências de educação de adultos organizadas por diferentes atores, com distintos graus de ligação com o aparato governamental.” Esses mesmos autores destacam que:

Em 1964 o Ministério da Educação organizou o último dos programas de corte nacional desse ciclo, o Programa Nacional de Alfabetização de Adultos, cujo planejamento incorporou largamente as orientações de Paulo Freire. Essa e outras

experiências acabaram por desaparecer ou desestruturar-se sob a violenta repressão dos governos do ciclo militar iniciado naquele mesmo ano.

Nesse contexto, o paradigma pedagógico preconizava com a centralidade o diálogo como princípio educativo e a promoção dos educandos adultos, considerando seu papel de sujeitos de aprendizagem, de produção de cultura e de transformação do mundo. Essa proposta é “silenciada” com a tomada do poder pelos militares.

No contexto da ditadura militar (1964-1985), mais precisamente em 1969, surgiu o Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL), que, contudo tinha estruturação diferente dos de orientação freireana, teve como objetivo alfabetizar funcionalmente os adultos, no qual os educandos adquirem técnicas de leitura, escrita e cálculo sem despertar nos alunos sua consciência crítica. Além de ser um movimento com base nas diretrizes de organização internacionais como a UNESCO, o programa não teve a eficácia que se esperava com relação às metas estabelecidas. Esse fracasso aliado às estatísticas manipuladas levou o programa gradativamente ao descrédito no meio político e educacional e sua extinção em 1985.

Com a Constituição Federal de 1988, a educação ganhou destaque, pois a partir deste documento, a educação básica (ensino fundamental), passa a ser obrigatória e gratuita. O artigo 208 da Constituição nos traz a educação como dever do estado e que essa deve ser assegurada inclusive sua oferta gratuita para todos que não tiveram acesso na idade própria (CONSTITUIÇÃO, 1988).

A Constituição Federal de 1988 já foi um grande avanço para a sociedade, mas a EJA só foi reconhecida como modalidade de ensino nas etapas fundamental e média nos anos de 1990 a partir da Lei 9.394, referente às Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), onde podemos ler no seu Título V (dos Níveis e Modalidades de Educação e Ensino), capítulo II (da Educação Básica) a seção V denominada da Educação de Jovens e Adultos:

Art. 37. A educação de jovens e adultos será destinada àqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudos no ensino fundamental e médio na idade própria.

§ 1º Os sistemas de ensino assegurarão gratuitamente aos jovens e aos adultos, que não puderam efetuar os estudos na idade regular, oportunidades educacionais apropriadas, consideradas as características do alunado, seus interesses, condições de vida e de trabalho, mediante cursos e exames.

§ 2º O Poder Público viabilizará e estimulará o acesso e a permanência do trabalhador na escola, mediante ações integradas e complementares entre si.

§ 3º A educação de jovens e adultos deverá articular-se, preferencialmente, com a educação profissional, na forma do regulamento.

Art. 38. Os sistemas de ensino manterão cursos e exames supletivos, que compreenderão a base nacional comum do currículo, habilitando ao prosseguimento de estudos em caráter regular.

§ 1º Os exames a que se refere este artigo realizar-se-ão:

I - no nível de conclusão do ensino fundamental, para os maiores de quinze anos;

II - no nível de conclusão do ensino médio, para os maiores de dezoito anos.

§ 2º Os conhecimentos e habilidades adquiridos pelos educandos por meios informais serão aferidos e reconhecidos mediante exames (CONSTITUIÇÃO, 1996).

No governo de Fernando Collor de Mello, na década de 1990, surgiu o Programa Nacional de Alfabetização e Cidadania (PNAC), que tinha o objetivo de “mobilizar a sociedade em prol da alfabetização de crianças, jovens e adultos por meio de comissões envolvendo órgãos governamentais e não governamentais” (DI PIERRO; JOIA; RIBEIRO, 2001, p. 66). Por questões político-administrativas, esse programa foi extinto um ano após sua criação.

No governo de Fernando Henrique Cardoso o retrocesso político em relação à EJA ficou latente e oficializado, é o que percebemos a partir da informação dada por Di Pierro, Joia e Ribeiro (2001, p. 67): “Em 1996, uma ementa à Constituição suprimiu a obrigatoriedade do Ensino Fundamental aos Jovens e Adultos, mantendo apenas a garantia de sua oferta gratuita. Essa formulação desobriga o Estado de uma ação convocatória e mobilizadora no campo da educação de adultos”.

Entendemos que essa foi uma medida equivocada, e mais uma vez o poder público procurou se esquivar de suas responsabilidades, além de ter sido um ato de desrespeito a cidadãos brasileiros, que, privados de escolarização, foram também privados de construção e desenvolvimento de sua própria cidadania e de seus filhos. Essa postura foi na contramão dos ideais dos Movimentos Populares e sindicais anteriores que:

Professavam a necessidade de realizar uma educação de adultos crítica, voltada à transformação social e não apenas à adaptação da população a processos de modernização conduzidos por forças exógenas. O paradigma pedagógico que então se gestava preconiza com centralidade o diálogo como princípio educativo e a assunção, por parte dos educandos adultos, de seu papel de sujeitos de aprendizagem, de produção de cultura e de transformação do mundo (DI PIERRO; JOIA; RIBEIRO, 2001, p. 60).

O governo precisa conscientizar-se da necessidade e importância de que esse segmento da sociedade brasileira tenha conhecimento empírico e científico, tende a avançar para estágios mais elevados de seu desenvolvimento pessoal através da aquisição dos conhecimentos imprescindíveis, ou seja, o objetivo não é apenas a alfabetização, mas as oportunidades que essa alfabetização vai lhes proporcionar.

Um dos índices levados em conta ao se avaliar o nível de desenvolvimento de um país é o número de pessoas alfabetizadas que ele possui. A educação no Brasil amarga um histórico de deficiências, por várias razões: Desde as dimensões continentais que possui, até as políticas de educação, distribuição e aplicação dos recursos públicos federais e estaduais e deve visar que as mudanças têm que acontecer na alfabetização de jovens e adultos, nas áreas de reforma agrária: formação continuada de professores de jovens e adultos, e o fomento a projetos especiais para a oferta de ensino fundamental a jovens e adultos.

Não há sombra de dúvidas que os nossos representantes devem investir em programas, para alcançar melhores resultados em relação à educação, precisam adotar estratégias que tornem o ensino atraente e significativo para as pessoas acima de 15 anos de idade, visto que, geralmente, esse público deixou a escola por não acreditar mais na educação nem em si mesmo. Os programas simplesmente não devem reproduzir o mesmo estilo de educação arcaico que vem sendo praticado há décadas nas escolas regulares em nosso país, com o qual dificilmente será mudada a realidade do analfabetismo e o desemprego a ele veiculado.

Na proposta curricular para o 1º ciclo da Educação Fundamental para Jovens e Adultos foi feita uma observação pertinente no que diz respeito ao conteúdo que não dá a devida ênfase na educação para o trabalho:

Outro ponto que por alguns foi considerado insuficientemente enfatizado diz respeito à educação para o trabalho, aspecto que sem dúvida é da maior relevância em se tratando de Ensino Fundamental dirigido a jovens e adultos. Selecionamos como exemplos essas limitações de caráter mais geral apontadas nas consultas por considerar que são aspectos prioritários a serem trabalhados em futuras iniciativas do gênero (CONSTITUIÇÃO, 1997, p. 9).

Nesse sentido é útil lembrar o que argumenta Di Pierro, Joia e Ribeiro (2001, p. 72):

Outro problema nodal da educação de jovens e adultos diz respeito à articulação entre a formação geral e profissional. Embora as motivações para que jovens e adultos participem de programas formativos sejam múltiplas e não necessariamente instrumentais, a melhoria profissional e ocupacional é o motivo declarado da maioria dos estudantes. Ainda que o trabalho venha perdendo a centralidade que teve no passado recente na construção das identidades dos sujeitos e grupos sociais, ele continua a ser um fator importante nessa construção, especialmente nas camadas sociais em que ele é a fonte exclusiva para promover os meios de substância. A concentração e o acirramento da competição no mercado de trabalho no período recente só vieram tornar mais explícitos e urgentes as necessidades de qualificação profissional das pessoas adultas.

Como facilmente se percebe, esse assunto é importante no momento em que se trata de tornar a Educação de Jovens e Adultos um programa significativo para os alunos, tendo em

vista que, depois do aprendizado do conteúdo programático para capacitá-los a uma futura vida acadêmica, conteúdos que proporcionem o desenvolvimento de competências para o mercado de trabalho, são mais relevantes que conteúdos próprios da Educação Fundamental.

Apesar dos efeitos da globalização as desigualdades sociais e educacionais permanecem arraigadas na sociedade e mesmo que haja políticas públicas para melhorar e transformar a realidade da educação no país, a prática continua longe de acontecer.

O novo paradigma de Educação de Jovens e Adultos mostra que o processo de aprendizagem durante a vida não é só um fator de desenvolvimento pessoal e direito à cidadania, ou uma responsabilidade coletiva; ela deve dar a condição de participação dos indivíduos na construção de sociedades com mais tolerância, solidariedade democracia e ser capaz de responder aos desafios enfrentados pelos indivíduos ao longo de sua vida.

Propor e realizar uma educação voltada a jovens e adultos nesse cenário é mais que um desafio: é assumir a responsabilidade histórica de contribuir para a consolidação de um legado construído na diversidade dos movimentos que lutaram e lutam pela democratização do nosso país (CLÁUDIA, 2011, p. 10).

A Educação de Jovens e Adultos não atende a uma peculiaridade brasileira, mas se ampara em políticas internacionais, tornando-a assim um desafio educacional no mundo inteiro.

No ano de 2009 na cidade de Belém do Pará a Organização das Nações Unidas para a Educação a Ciência e Cultura (UNESCO) tendo como parceiro o governo brasileiro realizou a VI CONFITEA (Conferência Internacional de Educação de Adultos-2009). Teve como resultado uma publicação do documento *Marco de Ação em Belém*. Mostrou que a aprendizagem ao longo da vida do indivíduo é constituída por uma filosofia, baseada nos valores inclusivos emancipatórios e democráticos (UNESCO, 2010, p. 3-4). O documento frisou a educação e aprendizagem de jovens e adultos e sua relevância social nos processos formais e não formais e a importância dessa educação para o futuro do planeta, a contribuição significativa desses jovens em sua consciência ambiental que pode mudar a realidade do país e do mundo.

A UNESCO define analfabeto funcional como toda pessoa que sabe escrever seu próprio nome, assim como lê e escrever frases simples, efetua cálculos básicos, porém é incapaz de interpretar o que lê e de usar a leitura e a escrita em atividades cotidianas impossibilitando seu desenvolvimento pessoal e profissional. O analfabeto funcional não consegue extrair os sentidos das palavras, colocar ideias no papel por meio da escrita (CANTELE, 2011, p. 22).

O analfabetismo funcional é um problema não só no Brasil, mas em todos os países em desenvolvimento. Em nosso país a forma de identificação do analfabetismo é medida com pessoas de mais de 20 anos que não completaram o quadro de estudo formal. Em outros países, com pessoas que possuem menos de 8 (oito) anos de escolaridade como é o caso da Polônia e Canadá.

A EJA tem sido apontada como um campo estratégico e tem ganhado novas dimensões pra fazer frente à exclusão e à desigualdade social, sendo entendida como uma via para construção de uma sociedade mais justa, democrática e sustentável (CANTELE, 2011, p. 30).

Apesar da preocupação com a educação de jovens e adultos e a erradicação do analfabetismo no Brasil, ainda surgem conversas sobre o assunto, principalmente por conta do lançamento pelo Governo Federal do programa “Educação de Jovens e Adultos”, em face à constatação dos altos índices de analfabetismo entre brasileiros acima dos 15 anos de idade. Essa preocupação remonta a iniciativas em um passado bem mais distante na história da educação no Brasil, que é a importância da EJA para alunos da educação do campo e as modificações que essa educação causa na vida do educando de forma positiva, possibilitando o aprendizado e a segurança do indivíduo em querer ser alguém diferente capaz de ensinar a tarefa de casa a seu filho, viajar sozinho a um lugar que sempre quis e o mais importante, ser independente.

Os alunos que estudam na EJA são geralmente trabalhadores/as, empregados/as e desempregados/as que não tiveram acesso à cultura letrada ou à oportunidade de estudar na adolescência por começarem a trabalhar cedo na roça para ajudar sua família na renda mensal, visto que era do campo que eles sobreviviam e retiravam seu sustento. São pessoas que enfrentam a exclusão escolar como nos afirma a Equipe do CENPEC (2001, p. 9):

[...] Assim, conforme o momento histórico vivido em nosso país, a expressão “exclusão escolar” pode ser compreendida como a impossibilidade de acesso ao sistema de ensino ou de permanência no sistema de ensino ou, ainda, como os processos de segregação/diferenciação internos ao sistema escolar.

Devido ao processo histórico do nosso país essa exclusão se tornou mais notória aos sujeitos que vivem e trabalham na zona rural do nosso país, onde eles precisam trabalhar na terra para sustentar a família, deixando de lado sua vida intelectual para se dedicar ao trabalho com a terra.

2.1.1 Práticas educativas na Educação *para* Jovens e Adultos

Quando nos dispomos a trabalhar Educação de Jovens e Adultos, devemos ter em mente que essa prática não pode ser “infantilizada”, que o processo de alfabetização é bem diferente do praticado com as crianças, já que se trata de pessoas com certa vivência e em sua maioria trabalhadores. Diante disso, é fundamental conhecer um pouco da realidade dos alunos para que haja um desenvolvimento satisfatório e para que as atividades sejam adequadas às suas necessidades como destaca (SILVA, 2009, p. 40):

É necessário compreender que não é possível reproduzir ou adaptar o ensino de crianças para adultos. Esta falsa obviedade não é uma tarefa simples para o docente, principalmente aquele cuja formação e experiência foram direcionadas ao ensino de crianças. Ele necessita estar preparado para desenvolver atividades pedagógicas com jovens e adultos e para isso é necessária formação específica para este exercício.

É nesse sentido que compreendemos que o educador ao ensinar, precisa ter consciência de reconhecer no aluno os saberes que este traz consigo e deve estar comprometido com a superação das desigualdades sociais e da *Educação como Prática da Liberdade*, considerando que, ao longo de suas vidas, estes jovens e adultos passam por diversas situações que os permitem vivenciar experiências únicas, capazes de transformar a sua vida em sociedade. Tais experiências podem contribuir de forma significativa na construção de métodos que ampliem sua aprendizagem, através do diálogo e interação.

Nessa perspectiva, consideramos que o currículo da EJA deve ser diferenciado, buscando trabalhar as especificidades dos educandos; o aluno deve ser valorizado e a proposta metodológica deve relacionar os eixos temáticos com a realidade social da comunidade, a fim de desenvolver a criticidade dos estudantes e promover a autonomia e valorização da identidade.

É preciso que o educador da EJA tenha a sensibilidade de trabalhar com temas geradores, vinculados à realidade vivida pela população, conquistar a atenção e a dedicação do educando pela aprendizagem, permitir que ele seja o centro das atenções, colocar-se no lugar do outro e conhecer a vida e sua rotina, porém sem invasão.

A leitura da palavra, segundo Freire, não só é precedida pela leitura de mundo, mas apresenta-se como uma forma de reescrevê-lo. Essa é a essência da alfabetização. Ao organizar seu trabalho de alfabetização de adultos, partindo do universo vocabular do grupo de educadores (as), Freire considerava a visão de mundo do grupo, na medida em que trazia para a sala de aula sua linguagem real, seus sonhos, anseios, inquietações (FREIRE *apud* COUTO, 2008, p. 16).

Nesta perspectiva o educador para escolher a palavra a ser trabalhada em sala busca o conhecimento do aluno, entender a realidade que ele vive e que traz consigo como o conhecimento empírico adquirido no dia a dia no trabalho, família, amigos, morte, alegria ou tristeza. É papel do educador: adequar a aula a ser ministrada à realidade do educando e fazer a releitura do mundo, como também fazer a leitura da palavra a ser inserida no vocabulário utilizado pelos alunos.

O professor (a) deve perceber que o como fazer está em suas mãos, receitas prontas não existem, nem fórmulas milagrosas ou kit aprendizagem capaz de transmitir conhecimentos e abrir a mente do aluno para entender o conteúdo; a interação, o diálogo, a construção do conhecimento e a vontade de querer se libertar e deixar de ser oprimido é que torna o sujeito em sua plenitude de aprender e lutar por uma sociedade igualitária.

E nesse contexto a escola se torna um espaço de análise crítica para que se levantem as bases para a elaboração de uma proposta de educação e de desenvolvimento de sujeitos críticos e autônomos, pois, embora saibamos que a alfabetização pode contribuir para a diminuição das desigualdades sociais, proporcionando que os alfabetizados tenham acesso a cursos e capacitações para a melhoria no trabalho, devemos estar cientes que ser alfabetizado não garante empregos melhores. No entanto, ter autonomia para viver em sociedade e se desenvolver é o que possibilita a melhoria de vida desses sujeitos, já que, para quem não é alfabetizado, até pegar um ônibus é difícil.

Percebe-se que o educando adulto quando volta à escola, sente-se como se não soubesse nada, diz que veio para aprender. É nesse momento que o educador deve agir e fazer perceber que seu conhecimento é intrínseco e sabe mais do que imagina, porém está amortecido dentro de si, e seu papel é despertar o gigante dentro do aluno relacionando fatos do cotidiano ao momento atual, procurando entender no sujeito a mensagem transmitida e relacionar teoria a prática tornando-o autor de sua própria história.

Diante disso, compreendemos que a partir de uma formação autônoma e crítica, o educando pode se desenvolver em todas as dimensões (omnilateral), tornando-se conseqüentemente apto para exercer qualquer atividade e conquistar ascensão financeira.

2.2 A Educação do Campo e Políticas Públicas no contexto da EJA

Com as lutas dos Movimentos Sociais, a partir do ano de 1980, com os encontros realizados tais como a I e a II Conferência Nacional de Educação do Campo, realizadas em

1998 e 2004, é que se começa a reivindicar a oferta de uma educação gratuita e de qualidade, mas em especial para os sujeitos do campo como nos afirma Batista (2011, p. 61):

A mobilização da sociedade em defesa de educação pública, gratuita e de qualidade para todos tem na década de 1980 um momento privilegiado com a criação do Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública o qual constitui uma articulação de entidades e movimentos sociais organizados da sociedade brasileira que buscam consensuar princípios, valores, concepções e ideias semelhantes e que buscam defender a educação pública, gratuita, democrática e de qualidade social, para todos os cidadãos e cidadãs brasileiros (as).

Começou-se a efetivar a educação no Brasil para a classe popular, principalmente para os camponeses e índios que são partes da população brasileira que historicamente foi excluída do acesso à educação. Mas nessa existem crianças, jovens, adultos e idosos da nossa sociedade que devem ser tratados como cidadãos de direitos e que, portanto, devem ter seus direitos assegurados. Os movimentos sociais exigem que o Estado ofereça políticas de educação numa direção de educação popular e que contemplem os direitos daqueles que sempre foram marginalizados pela sociedade.

Para entendermos melhor a educação popular podemos nos remeter ao crescimento do capitalismo. Devido ao processo de industrialização e às transformações que aconteceram no mundo, surgiu a necessidade de se ter mão de obra qualificada e de qualidade. Vale ressaltar que o empobrecimento gradativo da população e as crises de ética, política e valores têm servido como contexto e nos permitem compreender o processo da Educação Popular, (PONTUAL, 2006).

No Brasil tem início a troca da moeda e a ascensão das classes populares, onde os povos marginalizados pela sociedade começam a possuir bens e lugares de poder na sociedade. Mas existem duas proposições diferentes nesta nova ordem mundial como nos afirma Pontual (2006, p. 44):

Uma delas afirma que ainda vivemos numa sociedade industrial, que a exploração do sobre trabalho (manual e também intelectual) é central no empobrecimento, que a luta de classes ainda existe, que o protagonismo das classes populares é fundamental para garantir e ampliar direitos, que a identificação de interesses na esfera da produção continua, embora não exclusivamente, sendo importante para a formação das identidades, para a compreensão da dinâmica dos conflitos e para viabilizar estratégias de superação. A outra afirma que vivemos numa sociedade pós-industrial ou do conhecimento, que a esfera da produção perdeu seu poder explicativo, que a dinâmica do movimento social não mais reside na lógica do conflito capital x trabalho, que a esfera da produção e do trabalho perde a centralidade e outras dimensões passam a ser mais importantes para a constituição de identidades dos sujeitos sociais, como gênero, idade, religião, ecologia etc.; que a solidariedade de interesses se organizaria independente das condições materiais e que a ação coletiva

resultaria não de ações de classe, mas da manifestação de movimentos sociais voltados para questões pós-materiais.

O processo de construção da identidade na sociedade brasileira é bastante complexo, pois os discursos relacionados à mistura racial e cultural geram muitos paradigmas. Deste modo, a autora destaca:

O discurso do respeito pelas diferenças culturais vem carregado de conotações sobre o "eu e o outro" - pode-se até falar em diversidade, mas, não sobre o eu e o outro em relação, em alteridade - porque esse "eu e o outro em relação" pressupõe a "descentralização do olhar", isto é, a sensibilidade de se colocar no lugar do outro, de ver como o outro vê, aceitar um conhecimento que não se pauta exatamente nos nossos modelos de conhecimento. A noção de alteridade, enfim, supera o aceitar a existência do outro apenas como necessidade e interesse econômico, construindo-se assim uma identidade de aceitação do outro (SOUZA, 2005, p. 91).

Nesta nova ordem mundial capitalista verificamos as disparidades e conflitos existentes na sociedade. Uma afirma que ainda existe a exploração de trabalho e podemos comprovar nas indústrias onde os operários sofrem com a carga de trabalhos repetitivos, enquanto os intelectuais da indústria estão nos melhores cargos e têm os melhores salários. Já o ponto de vista da outra ordem nos diz que existem outras esferas e interesses que ultrapassaram os limites dessa ordem. Porém, verificamos que a primeira ainda prevalece na esfera capitalista.

A educação para as classes populares veio com a necessidade de fortalecer a educação das classes menos favorecidas do Brasil. Esta educação atualmente é disseminada para outras áreas do conhecimento nas universidades, é através dela que os sujeitos que vivem e moram no campo, podem se utilizar dos serviços de que a sociedade elitista se utiliza como nos afirma Wanderley (2010, p. 5):

[...] foi atuando na área da educação popular que descobri novos caminhos, encontrei elementos de construção de uma identidade especial, busquei áreas de formação acadêmica diferentes da realizada na graduação (das ciências jurídicas para as ciências sociais), e assim tenho acompanhado e assessorado movimentos, ONG's, grupos que transitam nesse campo.

Quando se fala em educação popular e alfabetização de adultos é importante lembrar-se da presença e dimensão popular no cenário político nacional. Nas décadas de 1960 e 1970 com as fortes reivindicações da população por melhores condições de vida, via-se o nascimento das tendências no campo da cultura e da educação que formava um forte vínculo com os setores populares. Nessa mesma época tem-se o surgimento de vários movimentos:

Movimento da Educação de Base (MEB), que teve apoio da Igreja Católica na realização de suas práticas; o Movimento da Cultura Popular (MCP) que trabalhava com projetos artísticos como teatro e músicas de reivindicações e protestos de raízes populares.

Na concepção bancária a educação é o ato de depositar, de transferir, de transmitir valores e conhecimentos; se o educador é o que sabe, se os educandos são os que não sabem, cabe aquele que dá entregar, levar transmitir o seu saber aos segundos. Saber que deixa de ser “experimento feito” para ser experiência narrada ou transmitida (FREIRE, 1960, p. 59).

É possível perceber uma grande parcela de camponeses que fazem parte do processo de marginalização criado pela elite dominante que enfatiza suas práticas trabalhadas, porém não contempla os povos do campo. A Educação do Campo denuncia a forma como a classe dominante exclui seus povos, que também é denominada de “educação rural”.

É neste âmbito de transformação que surge a luta dos Movimentos Sociais buscando melhores condições de vida para os sujeitos das periferias e os sujeitos que vivem e moram no campo. Porque devido ao êxodo rural diversos agricultores saíram do campo para outros estados e também para a capital aumentando com isso as periferias da cidade.

Foi através dessa situação que começou a surgir diversos problemas que instigaram os movimentos sociais a lutar por melhores condições de vida e trabalho tanto no campo como na cidade. Essas reivindicações começaram no campo a partir do final dos anos 1980 para o início dos anos 1990 segundo Oliveira (2012, p. 239):

O contexto educacional recente do mundo rural vem sendo transformado por movimentos instituintes que começaram a se articular no final dos anos 1980, quando a sociedade civil brasileira vivenciava o processo de saída do regime militar, participando da organização de espaços públicos e de lutas democráticas em prol de vários direitos, dentre eles, a educação do campo.

Esse processo começa a ser modificado com o fim do regime militar, que durante alguns anos massacrou os menos favorecidos da sociedade. Muitas pessoas passaram por momentos difíceis na época da ditadura militar, que reivindicavam melhorias de vida no campo da saúde e educação.

Os Movimentos Sociais começam a se articular e desenvolvem diversos encontros que tinham como principal objetivo modificar a educação do campo com diversas reivindicações e que abrangem os que vivem e moram no campo segundo Oliveira (2012, p. 240):

A rebeldia como sentimento/luta pela emancipação é um traço pedagógico de diversas populações camponesas, indígenas, caiçaras, quilombolas, atingidas por

barragens, de agricultores urbanos, que estão buscando a educação a partir de uma perspectiva contra-hegemônica [...].

Nessa perspectiva, os trabalhadores rurais começaram a se mobilizar para que as mudanças educacionais os ajudassem a transformar suas vidas. Nesse período surgiram as usinas hidroelétricas, e os trabalhadores não tinham avançado no que se refere às políticas sociais educacionais. Surgiu então o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST).

No artigo 206 da nossa Constituição mesmo que não se enfatize nossa educação do campo é mostrado que deve haver “[...] igualdade de condições para o acesso e permanência na escola” e que a “educação é direito de todos e dever do Estado e da família”.

Entretanto, a LDB trouxe mudanças na área educacional para os nativos do campo, como podemos observar no artigo 208 da Constituição:

Na oferta de educação básica para a população rural, os sistemas de ensino promoverão as adaptações necessárias à sua adequação, às peculiaridades da vida rural e de cada região, especialmente:

I - conteúdos curriculares e metodologias apropriadas às reais necessidades e interesses dos alunos da zona rural;

II - organização escolar própria, incluindo adequação do calendário escolar às fases do ciclo agrícola e às condições climáticas;

III - adequação à natureza do trabalho na zona rural (CONSTITUIÇÃO, 1996).

Mesmo que a LDB assinale essa mudança, a mesma não convenceu os movimentos sociais em relação à Educação do Campo, visto que a Lei de Diretrizes e Bases da Educação contempla a lapidação da mão de obra e o MST está preocupado com a educação do campo e a mudança de sociedade no processo de formação e cidadania. A educação, enquanto ensino rural esteve sempre presente nos discursos de nossa classe representante no senado, porém a realidade é diferente visto que não há valorização do homem do campo e o currículo voltado às suas especificidades.

Os trabalhadores sem terra, pequenos agricultores, também retomaram suas lutas, percebendo a necessidade de resistir a terra para sobreviver à política agrícola das últimas décadas. A agricultura familiar foi marginalizada pelo governo, na medida em que este priorizou a agricultura capitalista (patronal) baseada na monocultura para exploração (KOLLING, 1999, p. 32).

Nos últimos anos, o campo brasileiro vem passando por muitas mudanças na agricultura causadas pelo capitalismo. Essa modernização provocou um processo de migração rural que veio a transformar a vida das pessoas, causando assim a concentração de grande parte da população campesina na zona urbana e esse impacto ocasionou muita violência,

desemprego e falta de escolarização. Tal situação gerou o aumento do número de trabalhadores rurais sem-terra que seguiram os movimentos sociais para lutar pela terra. Com o nascimento dos movimentos sociais passou-se a falar sobre a ocupação de terras e da questão política referente à reforma agrária, porém pouca coisa foi feita.

Diante da falta de apoio dos representantes do poder, os trabalhadores sem-terra persistiram na luta, ocupando terras improdutivas, e passaram a construir seus sonhos e viver a realidade que estava diante dos olhos. Durante décadas o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST) lutou pela reforma agrária, por um espaço digno aonde pudessem morar, houve muitas conquistas, mas, muitas coisas ainda precisam melhorar.

Para um país como o nosso, com muita terra e a possibilidade de desenvolvimento da agricultura familiar, de geração de renda, de emprego, não há como evitar essa condição, que é tão reivindicada pela população que vive e constrói essa luta. A construção de uma política que viabilize a reforma agrária e o desenvolvimento da agricultura familiar é urgente (ARROYO, 1999, p. 45).

Essas populações precisam ter uma educação diferenciada da educação que a elite capitalista possui, pois se deve respeitar sua cultura, saberes, calendário, entre outros. Sabemos que o acesso ao conhecimento e a garantia de escolarização aos sujeitos do campo são necessários como nos afirma Molina (2012, p. 327):

O acesso ao conhecimento e a garantia do direito à escolarização para os sujeitos do campo fazem parte desta luta. A especificidade desta inserção se manifesta nas condições concretas em que ocorre a luta de classes no campo brasileiro, tendo em vista o modo de expansão do Agronegócio e suas determinações sobre a luta pela terra e a identidade de classe dos sujeitos coletivos do campo.

É preciso que os sujeitos do campo tenham suas identidades mantidas. Sabemos que o agronegócio tem tentado acabar com a agricultura camponesa e conseqüentemente com os agricultores. No Documento da II Conferência Nacional Por Uma Educação do Campo essa especificidade é afirmada.

7º.) Políticas públicas para a especificidade do campo. O campo tem sua especificidade. Não tanto pela histórica precarização das escolas rurais, mas pelas especificidades de uma realidade social, complexa que incorpora os espaços de floresta, da pecuária, das minas e da agricultura familiar..., a diversidade nas formas de produção, nos pertencimentos étnicos, raciais: povos indígenas, quilombolas... Toda essa diversidade de coletivos humanos apresenta formas específicas de produção de saberes, conhecimentos, ciência, tecnologias, valores, culturas... A educação e formação humana desses povos, as aprendizagens e a socialização têm especificidades que terão de ser respeitadas e incorporadas nas políticas públicas.

O termo Educação do Campo foi efetivado a partir das diretrizes e bases da educação voltada para a escola do campo, pois a partir daí foi efetivada de fato a proposta que as Secretarias de Educação iriam colocar em prática nas escolas do campo, mais precisamente em cada município da Federação. Foram estabelecidas diretrizes de funcionamento para as escolas, principalmente pelo Decreto de 2010 como podemos verificar nas palavras de Molina (2012, p. 328):

No âmbito das vitórias nos marcos legais, conquistadas a partir da luta dos movimentos sociais, merece registro também a definição consagrada no decreto n.º. 7.352/2010, que institui a Política Nacional de Educação do Campo, sobre o que são escolas do campo. Em seu artigo primeiro, este decreto estabelece que se compreende por: “Escola do campo: aquela situada em área rural, conforme definida pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, ou aquela situada em área urbana, desde que atenda predominantemente a populações do campo” (CONSTITUIÇÃO, 2010).

Movimentos e articulações em defesa de um projeto educativo adequado às características do meio rural vêm se desenvolvendo desde a década de 1930, no contexto dos debates sobre a universalização da escola pública. Entretanto, foi a partir da Primeira Conferência Nacional por uma Educação Básica do Campo, realizada em Luziânia (GO), em 1998, com a criação da “Articulação Por uma Educação do Campo” que esse movimento criou o conceito de Educação do Campo. Esse encontro defendeu o direito dos povos do campo às Políticas Públicas de Educação com respeito às especificidades. Essa Conferência foi o resultado de um longo processo de luta dos povos organizados do campo e trouxe a realidade da Educação do Campo associada à produção da vida, do conhecimento e da cultura do campo, apontando ações para as escolas e para a formação dos educadores, em contraposição às políticas compensatórias da educação rural.

A Educação do Campo, defendida pela Conferência, tratou da luta popular pela ampliação do acesso, permanência e direito à escola pública de qualidade no campo; as pessoas têm o direito de estudar no lugar onde vivem (dos agricultores, extrativistas, ribeirinhos, caiçaras, quilombolas, pescadores, seringueiros etc.), incorporando distintos processos educativos no seu Projeto Político Pedagógico.

Na II Conferência Nacional por uma Educação do Campo, ocorrida em agosto de 2004, em Luziânia/GO, definiu-se a ampliação de novos campos de luta para a Educação do Campo, sinalizando a consolidação de um projeto histórico de educação, conduzido e organizado pelos sujeitos sociais do campo. Recolocou-se o campo e a educação na agenda política do país, impulsionada pela luta e democratização do acesso à terra e à educação

escolar, como direito de todos e dever do Estado. Com isso, firma-se uma nova agenda política definida na Carta de Luziânia, afirmando:

Defesa de um projeto de sociedade justa, democrática e igualitária; que contemple um projeto de desenvolvimento sustentável do campo, que se contraponha ao latifúndio e ao agronegócio. Defesa de uma educação que ajude a fortalecer um projeto popular de agricultura, que valorize e transforme a agricultura familiar/camponesa e se integre na construção social de outro projeto de desenvolvimento sustentável de campo e de país.

Essa concepção de Educação do Campo foi incorporada ao documento das Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo, em 2004, oriunda dos debates acumulados historicamente pelos Movimentos Sociais, pelas universidades, pelo governo e pelas ONGs, entre outros grupos organizados que formaram a Articulação Nacional por uma Educação do Campo.

Nas Diretrizes, a identidade das escolas do campo é definida, conforme Art. 2º, parágrafo único da CNE/CEB:

[...] pela sua vinculação às questões inerentes à sua realidade, ancorando-se na temporalidade e saberes próprios dos estudantes, na memória coletiva que sinaliza futuros, na rede de ciência e tecnologia disponível na sociedade e nos Movimentos Sociais em defesa de projetos que associem as soluções exigidas por essas questões à qualidade social da vida coletiva no país (CONSTITUIÇÃO, 2002).

Na II Conferência, a Educação do Campo foi tratada como uma questão nacional que necessita de Políticas Públicas a fim de elevar a escolarização dos povos do campo, a partir do diálogo entre os movimentos e as organizações sociais e sindicais, e as esferas Federal, Estadual e Municipal.

O Ministério da Educação, signatário da II Conferência criou, em 2004, a Coordenação Geral de Educação do Campo com a responsabilidade de elaborar e conduzir uma Política Nacional de Educação do Campo; institucionalizou o Grupo Permanente de Trabalho da Educação do Campo (GPT) e incentivou a criação de Comitês/Fóruns e Coordenações Municipais e Estaduais de Educação do Campo.

A Educação do Campo se afirma na defesa de um país soberano e independente, vinculado à construção de um projeto de desenvolvimento, cuja educação é uma das dimensões necessárias para a transformação da sociedade, a qual se opõe ao modelo de educação rural vigente.

Vejamos o que diz Caldart em texto que foi preparado como roteiro de exposição para o III Seminário do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA), ocorrido em Luziânia, GO, de 2 a 5 de outubro de 2007, onde a mesma enfatiza:

Há então quem prefira tratar da Educação do Campo tirando o campo (e seus sujeitos sociais concretos) da cena, possivelmente para poder tirar as contradições sociais o “sangue” que as constituem desde a origem. Por outro lado há quem queira tirar da Educação do Campo a dimensão da Política Pública porque tem medo que a relação com o Estado contamine seus objetivos sociais emancipatórios primeiros. Há ainda quem considere que o debate de projeto de desenvolvimento de campo já é Educação do Campo. E há aqueles que ficariam bem mais tranquilos se a Educação do Campo pudesse ser tratada como uma pedagogia, cujo debate originário vem apenas do mundo da educação, sendo às vezes conceituada mesmo como uma proposta pedagógica para as escolas do campo (CALDART, 2007, p. 2).

Percebemos que a educação do campo é uma educação marcada por lutas e conflitos, que vêm até os dias atuais buscando um maior reconhecimento diante das autoridades responsáveis pelas implantações das Políticas Públicas e que essa educação vai muito além do ato pedagógico em si, pois nele se englobam histórias de vidas e lutas que não estão separadas da educação, pois as mesmas já fazem parte da história da educação do campo e enxergam como insuficientes os projetos e as Políticas Públicas voltadas para esses sujeitos.

Para fortalecer a Educação do Campo foram pesquisados 18 municípios e feitas formações de professores em 15 municípios da Paraíba. Nas formações os professores conheceram as políticas públicas desenvolvidas pelo Governo Federal para os povos do campo com os quais trabalham. Pudemos verificar que muito já foi feito, mas é preciso que os prefeitos desses municípios possam colocar em prática as políticas públicas desenvolvidas pelo Governo para os povos do campo.

Políticas Públicas são conjuntos de programas, ações e atividades desenvolvidas pelo Estado direta ou indiretamente, com a participação de entes públicos ou privados, visam assegurar determinado direito de cidadania, de forma difusa ou para determinado segmento social, cultural, étnico ou econômico. As Políticas Públicas correspondem a direitos assegurados constitucionalmente ou que se afirmam graças ao reconhecimento por parte da sociedade e/ou pelos poderes públicos enquanto novos direitos das pessoas, comunidades, coisas outros bens materiais ou imateriais.

Existem vários exemplos de Políticas Públicas, como a educação e a saúde no Brasil que são direitos universais de todos os brasileiros. Assim, para assegurá-los e promovê-los estão instituídas pela própria Constituição Federal as Políticas Públicas de educação e saúde.

As Políticas Públicas podem ser formuladas principalmente por iniciativa dos poderes executivo ou legislativo, separada ou conjuntamente, a partir de demandas e propostas da sociedade, em seus diversos segmentos. A participação da sociedade na formulação, acompanhamento e avaliação das Políticas Públicas em alguns casos é assegurada na própria Lei que as institui. Assim, no caso da Educação e da Saúde, a sociedade participa ativamente mediante os Conselhos em nível Municipal, Estadual e Nacional. Audiências públicas, encontros e conferências setoriais são também instrumentos que vem se afirmando nos últimos anos como forma de envolver os diversos segmentos da sociedade em processo de participação e controle social. Nas palavras de Saviani (1998, p. 121):

Nesses setores se distribuem os ministérios ou secretarias que constituem os governos federal, estaduais e municipais. Ressalvadas pequenas variações, o governo federal compreende o setor econômico, os ministérios do planejamento, da fazenda, da indústria e do comércio, da agricultura, das minas e energia, do trabalho, dos transportes e do meio ambiente.

Ver-se que esses setores abrangem um determinado tipo de público, visto que cada um deles tem suas especificidades voltadas para atender à população e melhorar sua vida. A forma de organização com a qual são estruturados os governos faz com que as pessoas entendam a partir da denominação de política social os outros tipos de ações políticas, econômicas e não sociais.

Contudo, sabemos que a classe dos trabalhadores, a classe da grande maioria formada pelos mais necessitados de políticas e investimentos voltados para sua inclusão social e crescimento econômico é na maioria das vezes a menos favorecida por essas políticas, que favorecem ainda mais o Capitalismo. Segundo Barbero, essa submissão diminui ao passar por um consenso por volta do século XIX:

O longo processo de enculturação das classes populares no capitalismo sofre desde meados do século XIX uma ruptura, mediante a qual obtém sua continuidade: o deslocamento da legitimidade burguesa 'de cima para dentro', isto é, a passagem dos dispositivos de submissão ao consenso. Esse 'salto' contém uma pluralidade de movimentos entre os quais os de mais longo alcance serão a dissolução do sistema tradicional de diferenças sociais, a constituição das massas em classe e o surgimento de uma nova cultura de massa (MARTIN-BARBERO, 2006, 2001).

Essa ruptura ocorreu principalmente a partir de estímulos com a participação marcante dos Movimentos Sociais, que levaram os menos favorecidos, como bem acima citou o autor, a um consenso, a uma formação de opinião voltada para o seu direito a ter direitos, sendo respeitados e principalmente o direito de ser ouvido, à participação na tomada de decisões de

ter seus anseios vistos com um olhar próprio pelas autoridades que regem as leis do nosso país.

O instrumento legal que complementa o direito à participação popular é a Lei n.º 131/2005 (Lei da Transparência), de 27 de maio de 2009; quanto à participação da sociedade, assim determina: “Incentivo à participação popular e realização de audiências públicas, durante os processos de elaboração e discussão dos planos, Lei de Diretrizes, liberação ao pleno conhecimento e acompanhamento da sociedade, em tempo real, de informações pormenorizadas sobre a execução orçamentária e financeira, em meios eletrônicos de acesso público;” Assim, de acordo com esta Lei, todos os poderes públicos em todas as esferas e níveis da administração pública estão obrigados a assegurar a participação popular.

Esta, portanto, não é mais uma preferência política do gestor, mas uma obrigação do Estado e um direito da população. As Políticas Públicas normalmente estão constituídas por instrumentos de planejamento, execução, monitoramento e avaliação, encadeados de forma integrada e lógica, da seguinte forma: Planos estabelecem diretrizes, prioridades e objetivos gerais a serem alcançados em períodos relativamente longos. Por exemplo, os planos decenais de educação têm o sentido de estabelecer objetivos e metas estratégicas a serem alcançados pelos governos e pela sociedade ao longo de dez anos.

Os programas estabelecem, por sua vez, objetivos gerais e específicos focados em determinado tema, público, conjunto institucional ou área geográfica. O Programa Nacional de Capacitação de Gestores Ambientais (PNC) é um exemplo temático e de público. Ações visam o alcance de determinado objetivo estabelecido pelo Programa, e Atividades, por sua vez, visa dar concretude à ação.

Precisamos entender as definições das Políticas Públicas feitas pelo Estado como nos afirma Batista (2011, p. 46):

Entender o Estado e as definições das políticas públicas, especialmente aquelas destinadas às populações das classes populares, implica em refletir sobre o papel do Estado na sociedade capitalista, as contradições de classes que ao se condensarem no Estado através das lutas pelas políticas públicas vão definir os contornos das ações do Estado.

É preciso verificar se as políticas públicas feitas pelo Governo Federal e que devem ser aplicadas nos municípios, realmente estão sendo efetivadas pelo mesmo, pois é através delas que a luta dos Movimentos Sociais do Campo é fortalecida e ampliada. É que a sociedade capitalista visa apenas aos interesses da burguesia, e se esquece da classe marginalizada, onde incluímos os sujeitos que vivem e moram no campo.

Faz-se necessário analisar os programas que o Governo Federal tem oferecido para os agricultores, pois devido ao clima e desgaste do solo, existe grande perda na produção agrícola (BATISTA, 2011, p. 51).

Esse modelo apoiado pelo crédito rural subsidiado foi concentrador de renda, produziu um devastador desgaste ambiental, exclusão e pobreza, deixando a agricultura familiar marginal. Os movimentos sociais buscam superar os problemas das populações camponesas e fortalecer a agricultura familiar e para tanto lutam por reforma agrária, reivindicam políticas de crédito estáveis, assistência técnica, infraestrutura, escoamento, seguro, garantia de mercado e preço e políticas sociais de saúde, educação, cultura, lazer, energia que garantam os direitos sociais e superem as más condições de vida e que garantam melhoria da qualidade de vida no campo.

Devido aos problemas elencados acima, é preciso que os movimentos sociais do campo continuem a lutar pelas reais condições de vida e melhorias dos sujeitos que vivem e moram no campo, favorecendo a um ambiente de convívio digno dessa população tão sofrida pelas condições sociais, climáticas e de infraestrutura enfrentadas por eles. Pois, na realidade diversas comunidades do campo não possuem as mínimas condições de vida e educação.

Para que isso aconteça, é preciso que entendamos a importância da Reforma Agrária em nosso país, pois existem muitas famílias que estão vivendo sem recursos e terras para que possam desenvolver a agricultura (BATISTA, 2011, p. 53):

É importante compreender a questão agrária brasileira, pois ela é a base para o entendimento da educação no meio rural. Entre as dimensões dessa problemática destacam-se: as formas de distribuição das terras, a organização da produção, as relações sociais de produção, a finalidade da produção agropecuária, a comercialização dos produtos agrícolas, as políticas públicas entre outros aspectos que configuram o capitalismo na sua fase rural.

Podemos perceber que a questão agrária em nosso país ainda é preocupante, ou seja, infelizmente podemos ver que as terras improdutivas e que pertencem aos grandes proprietários ainda não foram desapropriadas para que os agricultores rurais que não têm como desenvolver seu trabalho sejam favorecidos. Por isso, é necessário que os movimentos sociais em cooperação com o Governo Federal possam reivindicar a desapropriação dessas terras improdutivas que em sua grande maioria estão concentradas nas mãos dos latifundiários. Podemos comprovar que as terras estão concentradas nas mãos de uma pequena quantidade de grandes proprietários de terras com as palavras de Batista (2011, p. 54):

A organização que a partir de então se consolidou se pautou por grandes propriedades agrárias apropriadas por um pequeno número de abastados e grande número de pessoas que precisam da terra para nela viver e trabalhar; mas sem terra,

conformando uma desigualdade estrutural fundiária, que vai redundar em relações sociais de produção de exploração, de dominação e degradação da pessoa humana, como a escravidão.

Desta forma, podemos ver que os grandes proprietários de terras como os fazendeiros e usineiros, que é uma pequena quantidade, têm em suas mãos a maioria das terras que formam o Brasil. Isso aconteceu desde a colonização, quando o Brasil foi transformado em Capitânicas Hereditárias e as terras indígenas foram doadas aos capitães-mores. A educação no Brasil passou a ser bem efetivada a partir da vinda da Família Real ao nosso país, mas não foi mudada a questão agrária, conforme as palavras de Batista (2011, p. 55):

Ao longo do processo histórico, diversas mudanças socioeconômicas foram ocorrendo, de acordo com os interesses dos setores hegemônicos, destacando-se o período do império, o fim do sistema colonial e a instituição da república, sem, no entanto mudar radicalmente a estrutura fundiária dual e desigual.

Até mesmo nos dias atuais podemos perceber os problemas ocorridos no nosso país devido a não Reforma Agrária, pois os trabalhadores sem-terra fazem manifestações públicas para que o Governo Federal possa apressar as desapropriações de terras improdutivas pertencentes aos grandes latifundiários.

Como respostas às lutas por políticas públicas para a educação do campo foram criados alguns programas que são destinados a esta população como o

PRONERA- Programa Nacional de Educação da Reforma Agrária, em 1998; Saberes da Terra - Programa Nacional de Educação Integrada com Qualificação Social e Profissional para Agricultores/as Familiares, em 2005; Pro Jovem Campo - Saberes da Terra, em 2007; Pro campo - Cursos de Licenciatura em Educação do Campo para a formação de professores da educação básica nas escolas situadas nas áreas rurais [...].

Esta foi uma série de medidas tomadas pelo Governo Federal para que a educação do campo fosse fortalecida e seus sujeitos pudessem desenvolver seu trabalho no campo a partir da ciência, ou seja, com o conhecimento científico apropriado para o desenvolvimento e qualificação dos sujeitos do campo.

A escola do campo vem ao longo dos anos, por meio das lutas dos Movimentos Sociais, apresentando sua realidade transformada, com a possibilidade de aprender a partir de seu conhecimento empírico, permitindo ao aluno ser o centro da aprendizagem e do conhecimento. Através da EJA, o educando tem a oportunidade de se autoconhecer, entender que com o acesso à escola, à educação, ele será capaz de se tornar independente, fazendo

coisas simples na vida, como fazer uma feira, conta de matemática, ajudar o filho com a tarefa da escola, pegar um ônibus.

O Artigo 28 da LDB estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Na oferta de Educação Básica para a população rural, os sistemas de ensino promoverão as adaptações necessárias à sua adequação às peculiaridades da vida rural de cada região, especialmente:

- I- conteúdos curriculares e metodologias apropriadas às reais necessidades e interesses dos alunos da zona rural;
- II- organização escolar própria, incluindo adequação do calendário escolar às fases do ciclo agrícola e às condições climáticas;
- III- adequação à natureza do trabalho na zona rural.

É preciso que sejam observadas todas as peculiaridades concernentes aos educandos que moram e vivem no campo, pois a realidade deles é totalmente diferente dos educandos da cidade. Os adultos de hoje dizem que a enxada era o lápis, e a terra o caderno aonde aprendiam a plantar e colher frutos para levar para sua mesa no final do plantio.

Sabemos que as políticas públicas estão sendo colocadas em prática, mas, nas pesquisas feitas em municípios da região metropolitana de João Pessoa, pudemos verificar que ainda existem várias precariedades enfrentadas por docentes e discentes. Alguns professores enfrentam problemas de infraestrutura, salas multisseriadas e distorção série-idade. Sem contar com a sobrecarga de trabalho que o docente tem, pois em algumas escolas ele assume outras funções como “diretor, secretário, líder comunitário, merendeiro, faxineiro”, entre outros que não fazem parte da sua profissão.

3 A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NA CIDADE DE SANTA RITA

Neste capítulo, apresentaremos o resultado de nossa pesquisa e a importância que ela trouxe para a nossa formação no curso de Pedagogia com área de aprofundamento em Educação do Campo. Iniciaremos com um breve histórico sobre a cidade na qual se encontra a escola pesquisada, seguido da análise dos dados (questionários realizados com as professoras da escola, os alunos e o secretário de educação do município de Santa Rita), para então, finalizarmos com as nossas conclusões sobre a Educação de Jovens e Adultos na Escola Municipal Professor Tarcísio de Miranda Burity.

3.1 Contexto educacional do município de Santa Rita

O município de Santa Rita faz parte da Região Metropolitana de João Pessoa, estado da Paraíba, localizado a cerca de 20 km da capital. Seu crescimento nos últimos anos o levou a ocupar o lugar de 3ª maior economia do estado perdendo apenas para a capital, João Pessoa, e para Campina Grande. Em 2013, segundo o IBGE, a população santa-ritense foi estimada em 125.278 habitantes, distribuídos em 726,847 km² de área.

Santa Rita é uma cidade de grande bagagem histórica. Sua criação e desenvolvimento estão intimamente ligados à conquista da Parahyba no século XVI, onde, em 1580, foi erguido o primeiro forte das terras da Parahyba, o Mirante do Atalaia, hoje conhecido como Forte Velho, que servia como ponto de observação dos portugueses para identificarem possíveis invasores em busca de pau-brasil. Em seguida, foi construído o Engenho Real Tibiry, de alta tecnologia para a época, pois era movido à água. Esse engenho ocupava um extenso território onde hoje se localizam os bairros de Várzea Nova e Tibiri Fábrica e, por isso, tornou-se o segundo grande núcleo de povoamento do estado naquele período.

Além disso, Santa Rita também é pioneira em questão de segurança e economia, tendo chegado a quase 30 engenhos de açúcar. Foi à primeira cidade paraibana a receber instalação fabril, a Companhia de Tecidos Tibiri, inaugurada em 1892 que na época ofereceu 260 empregos diretos; criou a Vila Operária e atraiu gente de todas as cidades e estados vizinhos em busca de emprego, contribuindo para o crescimento da cidade e o surgimento de vários bairros. Santa Rita passou pela condição de engenho, vila, freguesia, paróquia e só então foi emancipada em 09 de março de 1890, um ano após a proclamação da República brasileira.

A cidade de Santa Rita possui diversas escolas públicas e privadas. A primeira foi a escola estadual Enéas Carvalho localizada no centro da cidade, que, por muitos anos, foi

considerada a 2º maior escola pública da Paraíba, perdia apenas para o colégio Lyceu Paraibano, em João Pessoa. Com a urbanização da zona sul da cidade (antes eram apenas plantações de abacaxi), foram criadas mais escolas públicas. Atualmente contamos com 32 escolas creches só de administração municipal (existem ainda as estaduais, federais e privadas).

No entanto, apesar do avanço em relação à urbanização e ao crescimento no número de estabelecimentos, as escolas do município possuem vários problemas em relação ao funcionamento e à adequação de infraestrutura para os alunos e professores. Em várias escolas falta merenda, transporte escolar, funcionários etc.; além disso, a segurança é precária e muitas escolas públicas da cidade são referências de terror e vandalismo aos cidadãos.

No que se refere aos Indicadores Demográficos e Educacionais (IDE), fornecidos pelo MEC, o município de Santa Rita apresenta, com base no último Censo, uma taxa de analfabetismo de aproximadamente 30% da população de 15 anos ou mais. O Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) em 2011 foi de 3,7, resultado que ultrapassou 0,3 pontos da meta projetada. Contudo, a escola pesquisada apresentou para o mesmo ano “número de participantes na Prova Brasil insuficiente para que os resultados sejam divulgados” (IDEB, 2011).

Embora Santa Rita conte com uma extensa zona rural, observamos que a oferta de vagas na rede municipal para a EJA ainda é maior para a população residente nas áreas urbanas, como aponta a Tabela 01.

Essa tabela mostra os dados da oferta de ensino no geral para o turno da noite nas escolas do município. Embora existam vagas ou oferta de vagas para o ensino fundamental, no que se refere à EJA – noturno, o número de vagas na zona urbana é maior que na rural.

Indicador	Anos Iniciais do Ensino Fundamental		Anos Finais do Ensino Fundamental		Ensino Médio		EJA – Anos Iniciais do Ensino Fundamental		EJA – Anos Finais do Ensino Fundamental	
	Rural	Urbana	Rural	Urbana	Rural	Urbana	Rural	Urbana	Rural	Urbana
Média de alunos por turma	35	32	32,6	24,1	-	-	27,6	28,9	26,9	36,4
Média de horas-aula diária	3,0	3,0	3,1	3,1	-	-	3,0	3,0	3,0	3,0

Fonte: MEC (<http://ide.mec.gov.br/novo/relatorio/municipios/coibge/2513703>).

De acordo com dados do censo escolar, realizado em 2013, mais de 3.000 alunos se matricularam na EJA (Ensino Fundamental) na rede pública municipal como mostra a tabela abaixo:

TABELA 02 - Número de Alunos EJA Matriculados em 2013							
Município	Dependência	Matrícula Inicial					
		EJA (presencial)		EJA (semipresencial)		Educação Especial (Alunos de Escolas Especiais, Classes Especiais e Incluídos)	
		Fundamental ²	Médio ²	Fundamental	Mé- dio	EJA Fund ^{1,2}	EJA Médio ^{1,2}
SANTA RITA	Estadual	533	686	18	0	6	2
	Municipal	3.020	0	0	0	104	0
	Privada	0	0	0	0	0	0
	Total	3.553	686	18	0	110	2

¹ Não estão incluídos alunos da Educação de Jovens e Adultos Semipresencial

² Inclui os alunos da Educação de Jovens e Adultos Integrada à Educação Profissional

Fonte: INEP (<http://portal.inep.gov.br/basica-censo-escolar-matricula>).

Nesse caso o total da rede municipal é de 3.124 alunos. Pois a rede estadual tem mais alunos no ensino médio, e este não é o foco do trabalho.

Com base nesses dados nas pesquisas e entrevistas realizadas, apontaremos como ocorre na realidade a Educação de Jovens e Adultos e as políticas públicas que são efetivadas na Escola Municipal de Ensino Fundamental Tarcísio de Miranda Burity.

3.2 A EJA no Campo e na Escola Municipal de Ensino Fundamental Tarcísio de Miranda Burity

A Escola Municipal de Ensino Fundamental Tarcísio de Miranda Burity criada no ano de 2008, localizada no bairro de Odilândia, município de Santa Rita, possui cinco salas de aula com uma secretaria, uma cozinha e uma quadra de esportes. Não tem laboratório de informática, biblioteca e sala de recursos, conta com aproximadamente 10 professores efetivos, não tem prestadores de serviços, uma supervisora, uma orientadora, uma diretora e a vice-diretora. Nos horários da manhã e da tarde funcionam os anos iniciais do Ensino Fundamental I e o Programa Mais Educação e à noite a EJA; devido ao funcionamento dos anos iniciais do Ensino Fundamental chega merenda na escola, o que favorece também os alunos da noite, visto que a escola não atende um grande número de alunos.

Durante visita à escola, pudemos observar as pessoas que ali trabalham com humildade e compromisso em compartilhar o conhecimento.

O processo de ensinar e aprender envolve um sentimento de coletividade e troca de experiências e relatos de vida; os jovens e adultos mostram que é importante trabalhar a relação teoria e prática, buscando enfatizar o seu cotidiano. O objetivo da EJA é permitir que esses educandos aprendam a ler e escrever, busquem uma melhor qualidade de vida, mesmo morando no campo, pois este é um lugar em que também o crescimento é rico em alimentos e cultura popular. A insuficiência de políticas públicas voltadas para o campo é uma das principais causas das desigualdades e o índice de evasão aumenta consideravelmente.

A EJA está estruturada em ciclos; o primeiro ciclo corresponde ao 1º e 2º ano e o segundo ciclo ao 3º e 4º ano do ensino fundamental, que também está dividido em segmentos: o I corresponde aos anos iniciais do ensino fundamental e o II segmento corresponde aos anos finais do ensino fundamental.

Tabela 03 – Alunos por ciclos		
Alunos	Ciclo	%
Alunos do 1º ciclo (1º e 2º ano)	258	50,8
Alunos do 2º ciclo (3º e 4º ano)	250	49,2
Total	508	100

Fonte: Dados da Secretaria de Educação de Santa Rita-2014.

Na tabela a seguir podemos perceber a localização das escolas, distribuídas no município de Santa Rita, mais especificamente na zona rural.

Tabela 04 – Escolas do campo que oferecem EJA		
	Escola	Localidade
01	EMEF Arnaldo Bonifácio	Odilândia
02	EMEF Tarcísio de Miranda Burity	Odilândia
03	EMEF Profº Joaquim Torres	Fazenda Águas Turvas
04	EMEF Dep. Flaviano Ribeiro Coutinho	Cicerolândia
05	EMEF Dep. Flaviano Ribeiro Coutinho (anexo)	Cidade Verde
06	EMEF Flaviano Ribeiro Coutinho	Usina Santana
07	EMEF Profº Guibson Maul	Nova Bebelândia
08	EMEF Amaro Gomes Coutinho	Livramento
09	EMEF Padre Pires Ferreira	Livramento
10	EMEF Paulo Jorge Rodrigues	Lerolândia
11	EMEF Emília Cavalcante de Morais Neta	Lerolândia
12	EMEF Padre Pires Ferreira	Tapira

Fonte: Dados da Secretaria de Educação de Santa Rita-2014.

As escolas do município de Santa Rita que oferecem EJA estão listadas acima e estão localizadas em espaços rurais diferentes, tendo um número de 12 escolas que oferecem EJA.

A análise desta tabela nos levou a refletir sobre o que Brandão nos diz a respeito da educação popular e a realidade do educando:

A educação não é um meio: ela é um fim cuja finalidade somos nós mesmos. Não é um instrumento de formação utilitária dirigida “a”: ao mercado de compra e venda, ao desenvolvimento econômico do país, e até mesmo a “vida,” quando essa vida prometida é um distante “bem” sempre protelado e sempre depende de um diploma a mais (BRANDÃO, 2002, p. 78).

O que podemos perceber com a tabela abaixo é a diferença entre o primeiro e o segundo segmento em que algumas escolas ofertam a EJA e outras não oferecem nenhum segmento. A educação no nosso país ainda precisa ser repensada e entendida de forma que venha a favorecer a vida escolar do educando e o inserindo na sua realidade, a tabela nos mostra precariedade por parte muitas vezes de nossos representantes em planejar e inserir políticas públicas que venham a atender a população dessa e das demais localidades. O campo é um espaço onde precisa de uma atenção especial, pois os sujeitos que ali vivem carecem de escola e aulas de boa qualidade com currículos e conteúdos que abrangem desde o mundo fora dali como também a realidade local da comunidade escolar, os parentes dos alunos, sua vivência e experiência com a vida campesina.

Tabela 05 – Alunos matriculados no Campo, Primeiro e Segundo segmentos por escola					
	Escola	EJA I	EJA II	Total	%
01	EMEF Arnaldo Bonifácio	12	13	25	9,7
02	EMEF Tarcísio de Miranda Burity	29	15	44	17,1
03	EMEF Profº Joaquim Torres	07	-	07	2,7
04	EMEF Dep. Flaviano Ribeiro Coutinho	-	-	-	-
05	EMEF Dep. Flaviano Ribeiro Coutinho (anexo)	34	-	34	13,2
06	EMEF Flaviano Ribeiro Coutinho	11	-	11	4,3
07	EMEF Profº Guibson Maul	20	-	20	7,8
08	EMEF Amaro Gomes Coutinho	14	-	14	5,4
09	EMEF Padre Pires Ferreira	12	-	12	4,7
10	EMEF Paulo Jorge Rodrigues	25	14	39	15
11	EMEF Emília Cavalcante de Moraes Neta	17	12	29	11,2
12	EMEF Padre Pires Ferreira	23	-	23	8,9
Total		204	54	258	516
%		79,1	20,9	100	

Fonte: Dados da Secretaria de Educação de Santa Rita-2014.

A quantidade de alunos matriculados no primeiro segmento da EJA é de 204 alunos que equivale a 79,1%; já no segundo segmento é de 54 alunos, equivalente a 20,9%, de um total geral em torno de 516 anos matriculados.

Na próxima tabela é possível analisar o segmento da EJA referente aos jovens e adultos nas escolas do campo e o percentual existente em cada uma delas no que concerne à educação, pois existem escolas que não contemplam o segundo segmento que compreende do 5° ao 8° ano no campo; somente 5 escolas de 12 contemplam essa modalidade, infelizmente mostram a realidade da educação no Brasil, mais especificamente voltado para a educação do campo.

Tabela 06 - Alunos matriculados no Segundo segmento da EJA									
	Escola	2° Segmento							
		5ª	%	6ª	%	7ª	%	8ª	%
01	EMEF Arnaldo Bonifácio	43	35,2	20	29,8	07	9	11	15,9
02	EMEF Tarcísio de Miranda Burity	15	12,3	-	-	-	-	-	-
03	EMEF Profº Joaquim Torres	-	-	-	-	-	-	-	-
04	EMEF Dep. Flaviano Ribeiro Coutinho	23	18,9	14	20,9	16	20,5	18	26,1
05	EMEF Dep. Flaviano Ribeiro Coutinho (anexo)	-	-	-	-	-	-	-	-
06	EMEF Flaviano Ribeiro Coutinho	-	-	-	-	-	-	-	-
07	EMEF Profº Guibson Maul	11	9	07	10,5	21	27	18	26,1
08	EMEF Amaro Gomes Coutinho	-	-	-	-	-	-	-	-
09	EMEF Padre Pires Ferreira	-	-	-	-	-	-	-	-
10	EMEF Paulo Jorge Rodrigues	-	-	-	-	-	-	-	-
11	EMEF Emília Cavalcante de Morais Neta	30	24,6	26	38,8	34	43,5	22	31,9
12	EMEF Padre Pires Ferreira	-	-	-	-	-	-	-	-
Total		122	100	67	100	78	100	69	100
Total geral de alunos		336							

Fonte: Dados da Secretaria de Educação de Santa Rita-2014.

A tabela acima nos mostra o número de alunos matriculados no segundo segmento da EJA, onde podemos ver que no quinto ano existem 122 alunos matriculados, no sexto ano 67 alunos, no sétimo ano 78 alunos e no oitavo ano 69 alunos matriculados. Onde obtivemos um total de 336 alunos matriculados no segundo segmento.

3.2.1 Funcionamento da EJA na Escola de Ensino Fundamental Professor Tarcísio de Miranda Burity

Neste item relatamos brevemente o funcionamento da turma de EJA na escola a partir dos relatos dos alunos, professores e secretário de educação do município de Santa Rita. Os dados foram obtidos na pesquisa empírica que teve entre as estratégias da coleta de dados visitas à Secretaria de Educação para recolher dados da educação do município e aplicar um questionário com o secretário da Escola de Ensino Fundamental Tarcísio de Miranda Burity

com vistas à aplicação de questionário aos estudantes e à professora. No dia da nossa ida à escola oito alunos estavam presentes em sala de aula, porém, apenas dois se dispuseram a responder ao questionário, os outros ficaram tímidos diante dos demais colegas. Além de aplicar o questionário tivemos uma conversa informal com uma das professoras da escola na qual obtivemos relato de sua experiência de educação.

3.2.1.1 Relatos dos alunos

Segundo o que pesquisamos na sala de aula eram 25 alunos matriculados, porém somente oito (08) frequentam assiduamente as aulas, o que reforça o processo de evasão na EJA no país. Distribuímos os questionários com os alunos, porém, apenas dois quiseram responder. Os demais não responderam por terem timidez de expor sua opinião e escreverem diante dos colegas. Muitos alunos que vivem no e do campo têm dificuldade de leitura e escrita, por não terem tido a oportunidade de estudar em anos anteriores ou não conseguirem acompanhar o ensino regular. Muitas vezes sentem vergonha em se expressar.

As primeiras questões eram relacionadas ao perfil dos estudantes em relação ao sexo, idade, local de residência, nível de escolaridade dos pais. As duas pessoas que responderam ao questionário eram mulheres com idades que variam de 21 a 50 anos. Elas responderam que se consideram uma de etnia branca e outra de etnia parda. Elas moram próximas à escola, o que facilita o acesso à mesma. Em relação à renda mensal familiar em salário mínimo ambas vivem com menos de um salário mínimo a dois salários mínimos, o que muitas vezes prejudica o rendimento escolar dos filhos como também a vontade de estudar já que quando crescem têm que trabalhar para ajudar em casa, visto que as residências são compostas de 3 a 6 pessoas comportando um número alto de habitantes por lares, já que a renda mensal por família é baixa.

Quanto ao nível de escolaridade das mães das entrevistadas há uma que nunca frequentou a escola e a outra que cursou até o 3º ano do Ensino Fundamental, o que denota baixo nível de escolaridade. Ambas alegaram que suas mães tiveram que trabalhar a vida toda na agricultura para poder ajudar o marido no sustento dos filhos e da casa e por isso não tiveram a oportunidade de estudar. Quanto ao nível de escolaridade do pai uma aluna alegou que não conheceu o pai e a outra afirmou que seu pai frequentou até o 3º ano do Ensino Fundamental.

Quanto ao trabalho, ambas alegaram que só trabalham em casa cuidando dos maridos e filhos apoiando para os mesmos possam trabalhar e estudar.

Em relação à série em que estão matriculadas ambas informaram que estudam do 1º ao 5º ano do ensino fundamental e o motivo que as levou a frequentar uma escola da EJA, uma disse que era para aprender a ler e saber um pouco mais, a outra disse que é para ler a Bíblia.

Perguntamos se já haviam frequentado antes alguma escola de Ensino Regular e elas disseram que sim, e informaram que não continuaram porque casaram e tiveram que ajudar os maridos com o trabalho no campo. Questionadas se gostariam de prosseguir nos estudos, ambas disseram que sim. Quanto ao curso que gostariam de cursar uma disse que gostaria muito de cursar Direito para ser advogada, pois na família tem alguns profissionais da área e ela acha a profissão importante para a formação do cidadão. A outra aluna disse que gostaria de cursar Pedagogia porque quer ser educadora para poder compartilhar seus conhecimentos com o próximo.

Outra questão procurava saber se o estudante tinha alguma dificuldade de aprendizagem, as duas disseram que sim, sendo que uma afirmou que sua dificuldade era em linguagem e outra em Matemática. O questionário também tinha uma pergunta sobre quais as disciplinas que os estudantes mais gostam na sala de aula. Uma das pesquisadas respondeu que era Matemática porque acerta nos cálculos e outra o Português para aprender a ler e a que menos gosta alegaram que não tem nenhuma.

Perguntamos quais assuntos, temas ou questões o estudante gostaria que fossem estudadas em sala de aula. Uma sugeriu que fosse sobre cozinha, pois alegou que gosta de cozinhar; outra disse que gosta de trabalhos manuais e por isso gostaria que fossem inseridos ensinamentos sobre isso.

Outro tema tratado no questionário era sobre como gostariam que fossem as aulas. Elas responderam que gostariam que fossem mais alegres, mesmo sendo ótimo estudar com as professoras. Perguntamos se além das aulas quais atividades gostaria que a escola oferecesse, uma disse aulas de pintura e outra informática como também aulas de artesanato. Quanto aos principais problemas enfrentados pela EJA, elas responderam que é a falta de material didático adequado à sua realidade.

3.2.1.2 Relato das professoras

Neste item relatamos os dados do questionário com as professoras e uma conversa que tivemos com uma delas.

Em uma das visitas à escola tivemos uma conversa com a professora de quem contamos com um relato de sua experiência como docente. Ela nos relatou sobre sua vivência

na escola. Contou que participou ativamente do processo de fundação da unidade escolar no cargo de diretora e considerou que foi rica a sua participação possibilitando ter um conhecimento amplo a respeito da escola.

O questionário foi realizado com duas professoras da escola Tarcísio de Miranda Burity. A professora I fala que participou da fundação da instituição há seis anos, em 2008, era diretora da unidade educacional, porém por questões políticas teve que voltar à sala de aula no mesmo período e que gosta de lecionar. A turma da EJA assumida pela mesma é outra jornada de trabalho também denominado de dobra, nome dado quando um professor também ministra aula em outro horário, no seu caso o período da noite. Para ela, ser alfabetizadora da Educação de Jovens e Adultos é gratificante, pois tem a oportunidade de transmitir seus conhecimentos com os educandos como aprender com suas vivências e experiências do cotidiano que trazem para sala de aula. Segundo a professora, uma das formas de atrair os alunos à escola é o fato de oferecer lanche, pois muitos vão sem ter jantado e levam consigo seus filhos. Quem custeia o lanche da noite é a unidade visto que vem muito lanche para as outras turmas e é separado para o terceiro turno, já que não comporta um grande número de alunos.

A escola sempre foi uma arma nas mãos das classes dirigentes. Mas essas não tinham nenhum interesse em revelar o caráter de classe da escola: as classes dirigentes não passavam de uma minoria, uma pequena minoria, subordinando a maioria aos seus interesses, e é por isso que se esforçavam para mascarar a natureza de classe da escola, evitando colaborar na destruição de sua própria dominação (PISTRAK, 2011, p. 23).

Uma das dificuldades apresentadas pela educadora em relação aos alunos é a evasão escolar, pois apesar de no momento da pesquisa ter 25 alunos matriculados apenas oito estão frequentando de forma mais regular. Os assuntos trabalhados com eles são: temas geradores e fatos do seu dia a dia, não têm material didático adequado para esta modalidade. Foi perguntado à alfabetizadora se a mesma fazia aula de campo com os alunos, tipo passeio, visita ao centro histórico que viesse a acrescentar no processo de aprendizagem dos jovens e adultos, porém foi acrescentado que esse tipo de atividade só haveria possibilidade de acontecer aos sábados, visto que os alunos trabalham o dia todo e já chegam cansados à escola, todos moram próximo à unidade educacional o que facilita o acesso.

O objetivo fundamental da escola é, portanto, estudar a realidade atual, penetrá-la, viver nela. Isso não quer dizer, certamente, que a escola não deva estudar as ruínas do passado: não, deve estudá-las, e assim será feito, mas com a compreensão de que são apenas ruínas do passado e de que seu estudo deve ser iluminado à luz da

realidade atual no sentido já indicado, à luz da luta travada contra o passado e da transformação da vida que deve levar à sua liquidação (PISTRAK, 2011, p. 26).

Perguntamos sobre violência nas proximidades e dentro da escola. Foi relatado o caso de uma aluna que chegou à sala drogada e sua colega fez uma pergunta à professora e ela respondeu com grosseria e palavras que denegriam a imagem da colega. Mas a professora com sua paciência chamou sua atenção reservadamente e conseguiu contornar a situação. A turma de modo, atenciosa e procura sempre conhecer o conteúdo ministrado, dialoga com seus colegas e se relaciona bem com todos.

Uma forma de educação altamente eficiente, pois não apenas força as pessoas a aprender, mas também lhes permite aplicar na prática o que aprendem. Tem, além disso, a vantagem de conscientizar as pessoas de que seu nível de vida não depende unicamente de sua capacidade para ganhar dinheiro, mas das qualidades dos benefícios que se obtém através dos recursos da comunidade local. (LOWE, 1975 p. 97).

Os sujeitos do campo enfrentam diversos problemas e um deles é a questão do trabalho na escola, uma das questões mais importantes e nesse tempo não tem sido muito trabalhada. Dentre os vários problemas que vivenciam os profissionais que atuam no campo, temos: a falta de salas de aulas equipadas, espaço físico para recreação e atividades físicas, materiais didáticos e paradidáticos, profissionais qualificados para atuarem junto à gestão escolar, laboratório de informática, entre outros. Como podemos observar na foto 01 a aula se restringe ao quadro de giz com conteúdos copiados pela professora.

Foto 01- Sala de aula com quadro de giz



Fonte: Arquivo pessoal.

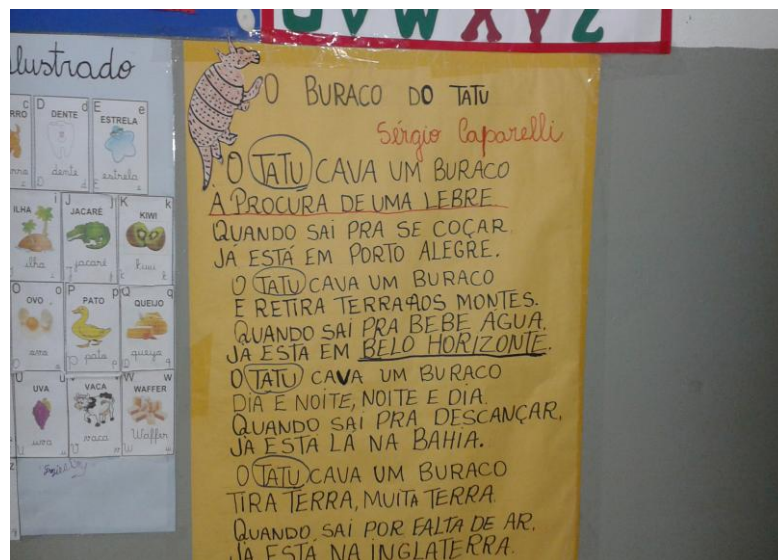
No momento em que visitamos a escola a professora estava ministrando aula de matemática e fazendo um diálogo com os alunos a respeito das quatro operações. Enfocava como se deve utilizar em sala de aula e no dia a dia em atividades simples como pegar um ônibus, comprar alimentos, fazer lista de feira.

Os profissionais participantes da pesquisa e que trabalham na EJA foram duas professoras, ambas do sexo feminino e morando na localidade de ensino. A escola em que ministram aulas é a E. M. E. F. Professor Tarcísio de Miranda Burity que fica localizada no em Odilândia-Santa Rita.

A faixa etária das professoras está entre 31 e 40 anos de idade. O grau de escolaridade das mesmas é o Ensino Superior completo tendo cursado na Universidade Vale do Acaraú (UVA). Atuam nessa escola há 6 (seis) anos, gostam da profissão apesar das dificuldades que enfrentam no dia a dia tanto em sala de aula quanto na comunidade escolar.

Elas não exercem nenhuma outra atividade remunerada e trabalham com a EJA, mas uma delas atua nos anos iniciais do ensino fundamental na rede municipal de ensino e a outra só na EJA e estão na função há mais de 15 anos.

Foto 02 - Atividade realizada em sala de aula por alunos e professoras



Fonte: Arquivo pessoal.

Este mural segundo as professoras foi construído coletivamente pelos alunos. Primeiro leram o texto para eles. Em seguida escreveram o mesmo no papel madeira e foi pedido para que circulassem a palavra TATU, BELO HORIZONTE. Tiveram a preocupação de escrever o nome do autor. Depois, fizeram a separação silábica de palavras com duas sílabas e criaram um novo texto em seu caderno a partir deste exposto.

As fontes de informação que elas utilizam diariamente são a televisão, rádio, jornais e internet. Os programas assistidos por elas são a TV Aparecida, Terço e a missa, já no rádio são as emissoras 92.9, 101, 93.7, 100.5 e 98.3 como também assistem jornais como: Bom dia Paraíba e Jornal Nacional; quanto à internet, informaram que sempre usam o Google.

As professoras trabalham na EJA com os seguintes livros didáticos: Bom Aprender e Novo Aquarela do Saber. Um dos principais problemas enfrentados por elas é a falta de materiais para trabalhar. Mas também existem os outros como a falta de recursos didáticos, falta de apoio da administração/profissionais e falta de valorização da carreira do magistério educacional. Já no que diz respeito aos problemas enfrentados pelos alunos, o problema maior é o de não saber ler.

As aulas são desenvolvidas a partir do conhecimento dos alunos, sendo planejadas na escola com acompanhamento da supervisora educacional. A motivação que levou à opção pelo magistério foi a oportunidade que surgiu e indicação familiar; as duas pesquisadas já fizeram formação específica para a EJA, mas o município não oferece curso para educadores e o que elas esperam na formação de educadores é que seja específica, para trabalhar com os alunos da EJA.

3.2.1.4 Relato do Secretário de Educação

O atual secretário de educação do município de Santa Rita é o senhor Gilvandro Inácio dos Anjos, e está há (60) sessenta dias atuando como secretário do município. Sua formação acadêmica é em Ciências Contábeis, também possui especialização na área.

A maior dificuldade enfrentada por ele e pela Secretaria de Educação do município de Santa Rita é a evasão escolar, pois os alunos por motivos diversos se evadem das escolas ou por estarem trabalhando à noite e não poder frequentar a sala de aula, como também o cansaço físico e mental do cotidiano de quem passa o dia todo trabalhando seja no canteiro de obras ou no campo com trabalho braçal.

As políticas públicas para a EJA no município de Santa Rita são oriundas do Governo Federal, mas também possui ações como a Adesão do EJA PRONATEC e curso profissionalizante nas escolas junto com os parceiros. Os cursos de formação para os educadores de EJA são desenvolvidos pela coordenação de educação, organizados através de oficinas, realizadas em ambientes de acordo com a realidade e necessidade do aluno.

O ensino de EJA no município precisa ser visto com igualdade, perante o ensino fundamental e médio. Segundo o secretário, o número de aprovados em 2013 na EJA foi de

140 alunos, os reprovados foram 24 e a evasão foi de 310 alunos. Percebe-se que a quantidade de evasão escolar é um índice a considerar, visto que é maior que a média de reprovados.

De acordo com o secretário de educação, quando questionado a respeito do trabalho de conclusão de curso este afirma que a pesquisa de campo para um TCC se faz necessária, pois, a partir deste ponto o desenvolvimento do trabalho terá um maior significado.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Durante esses cinco meses de pesquisa, percebemos o quanto o campo ainda necessita de políticas públicas que realmente cumpram a prática e saiam do papel. Ao visitarmos a escola em Odilândia nos deparamos com jovens e adultos cheios de sonhos em querer ter uma profissão e qualificação profissional; não deixaram de sonhar, de ver na escola e nas professoras a oportunidade de transformação, de aumentar seu conhecimento e ir além das barreiras que se estabeleceram no percurso de sua vida.

Como sabemos o educando é peça fundamental de transformação e conhecimento da vida, ele é um ser de relações humanas e está sempre conectado com o mundo que o rodeia, aberto à realidade e à pluralidade de relações e conflitos internos e externos existentes no mundo.

O homem do campo conhece seu espaço e sabe que é capaz de transcendê-lo, tem opinião própria e ideias articuladas, sabe se organizar e dar a melhor resposta aos que procuram conhecer sua vivência, e não permitem ser dominados ou domesticados, e lutam pela igualdade social, de cor e por educação a todos.

A partir das relações do homem com a realidade resultante de estar com ela e de estar nela, pelos atos de criação, recriação e descrição, vai ele dinamizando seu mundo. Vai dominando a realidade. Vai humanizando-a. Vai acrescentando a ela algo de que ele mesmo é o fazedor (FREIRE, 2005, p. 43).

No campo há cultura, a cada momento o conhecimento vai tornando o indivíduo independente, pois o processo de globalização percorre todos os espaços, estreitando assim os laços e aperfeiçoando o aprendizado daqueles que tentam não mais serem os excluídos da sociedade, iletrados, mal-educados, como são chamados os povos do campo; muitos ignorantes da zona urbana ainda pensam que os camponeses não sabem o que está se passando ao seu redor. Por esse motivo fez-se necessário uma permanente atitude crítica para haver a integração natural, o respeito e a superação do preconceito.

Infelizmente a sociedade ainda é preconceituosa, na grande maioria sobressai quem passa por cima dos outros, brancos, pessoas de boa aparência e da zona urbana, o pobre e principalmente quem mora na zona rural ou em periferia ainda é marginalizado e esmagado por quem tenta ser o melhor. Para mostrar essa realidade, Freire (2005, p. 44) afirma que:

“[...] é o homem simples esmagado, diminuído e acomodado, convertido em espectador, dirigido pelo poder dos mitos que forças sociais criaram para ele mitos que, voltando-se contra ele o destroem e aniquilam é o homem tragicamente assustado”.

A educação é uma tarefa altamente importante, sua força decorre da capacidade que temos de nos incorporarmos ao dinamismo da realidade vivida por cada ser humano, pois a partir dela somos capazes de nos recriarmos, renascermos a cada dia, como cidadãos livres vivendo numa sociedade conflitante.

É preciso que ainda haja transformação na comunidade, trabalho social, de conscientização das pessoas e, principalmente, de nossos representantes para com a classe menos favorecida do campo.

Esses não devem ser lembrados apenas em época de eleição, quando na maioria das vezes são visitados em sua residência com promessa de emprego e de melhoria de vida; os jovens e adultos do campo são pessoas que têm uma história a contar, vivência rica em conhecimentos e que podem ser aproveitados para transmitir às novas gerações.

Esperamos que esta monografia contribua para que os representantes de nosso estado e município tenham um olhar especial para os povos do campo e suas especificidades, e tornem melhores sua educação e seu aprendizado, possibilitando material didático adequado à realidade do campo aos professores, e lanche para os alunos, pois, por estudarem à noite na maioria das vezes não têm merenda, a fim de que possam restabelecer as forças, visto que passam o dia no trabalho, cuidando dos filhos, dos afazeres domésticos e não dá tempo de jantar, vão à escola por vontade porque querem mudar sua realidade, de seu bairro, de sua comunidade.

Esta pesquisa nos mostrou isso, que muitas vezes os alunos da escola Tarcísio de Miranda Burity iam à escola sem jantar e levavam seus filhos, pois, não tinham com quem deixar em casa. São necessárias políticas públicas que atendam a essa população marginalizada que trabalha para o sustento da família e ganha o necessário para mantê-la, mas com muita dificuldade visto que de acordo com os dados os maridos ganham muito pouco e as mulheres não trabalham.

A zona rural de Santa Rita aonde tivemos a oportunidade de fazer esta pesquisa é habitada por pessoas com sonhos de crescer e se desenvolver. Lá tem uma fábrica que trabalha com a produção de água mineral e alguns dos alunos trabalham ali, próximo à sua comunidade. Não foi necessário sair de sua localidade e ir para João Pessoa e conseguir um emprego, pois a oportunidade estava ao lado.

O processo de globalização em desenvolvimento atinge todas as sociedades [...] também há consenso que a forma atual de globalização atinge, cria desemprego e exclusão social, causando danos econômico-sociais e ambientais. Desencadeia violências de todo tipo [...] vale salientar que a pressão da globalização para baixo cria a necessidade do governo buscar alternativas novas do contato direto com os

cidadãos superando o ortodoxo de fazer política. De igual maneira, a cidadania conscientemente organizada necessita criar mecanismo de contato e controle de políticas estatais, democratizando-as isso, demanda novos experimentos de participação política direta de maior número possível de cidadãos. Assim, um dos maiores desafios da globalização é a discussão profunda e ampla acerca de uma política da condição social, humana, global (VERZA, 2000, p. 84-87).

A globalização é um fenômeno que está se alastrando por todo o mundo feito furacão e está excluindo muitas pessoas gerando violência, preconceito, principalmente com os povos do campo, porém seu desafio é gerar uma política solidária que transforme a vida do indivíduo de forma que possa integrar-se à sociedade. Pois, são pessoas capazes de ter um trabalho digno, seres abertos à realidade na qual estão inseridos.

Quanto ao resultado de nossa pesquisa percebemos que a Secretaria de Educação oferece parcialmente ou não conhece as políticas públicas para escola, pois, ao voltarmos à mesma para última visita, deparamo-nos com as professoras tristes, pois nos comunicaram que a turma da EJA iria ser transferida para outra unidade longe desta em que estavam ministrando aula, pois naquele lugar a partir de 02 de junho de 2014 começariam as aulas do Programa do Governo Federal, o EJA PRONATEC que abrange jovens entre 18 e 29 anos, deixando de fora os adultos acima de 30 anos e idosos, pelo fato segundo a professora de a demanda ser maior em relação à EJA e os alunos receberem uma bolsa para estar em sala de aula.

Os alunos da escola mostraram insatisfação em relação à mudança, não concordavam em ter que dar seu espaço físico a outras pessoas, porém todos disseram que não pretendem parar de estudar, vão continuar com a sede de querer aprender e descobrir novos horizontes.

REFERÊNCIAS

- ALFABETIZAÇÃO de Jovens e Adultos. Disponível em: <www.alfabetizacao.org.br/site/alfasol.asp>. Acesso em: 25 jul. 2014.
- ALFABETIZAÇÃO na EJA: desafios no cotidiano da sala de aula. Disponível em: <<http://www.catedraunescoeja.org/GT01/COM/COM007.pdf>>. Acesso em: 10 maio 2014.
- ANDERSON, B. D. *Pesquisa Participante*. Portal Zé Moleza. Disponível em: <<http://www.zemoleza.com.br/carreiras/20358-pesquisa-participante.html>>. Acesso em: 11 jan. 2004.
- ARROYO, Miguel Gonzáles; FERNANDES, Bernardo Mançano. *A educação básica e o movimento social do campo*. Brasília: Articulação nacional por uma educação básica do campo, 1999. (Coleção por uma educação básica do campo, n° 02).
- BATISTA, Maria do Socorro Xavier (Org.). *Movimentos sociais, estado e políticas públicas de educação do campo: pesquisa e práticas educativas*. João Pessoa: Editora da UFPB, 2011. 374 p.
- BRANDÃO, Carlos Rodrigues. *A educação popular na escola cidadã*. Petrópolis: Vozes, 2002.
- BRASIL Alfabetizado. Disponível em: <<http://brasil-sem-miseria-/acesso-a-servicos/brasilalfabetizado>>. Acesso em:
- _____. *Decreto-Lei 4.958*, de 14 de novembro de 1942. D.O.U., Seção 1 - 14/11/1942, Página 16657 (Publicação Original). Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-4958-14-novembro-1942-414976-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 26 abr. 2014.
- _____. Ministério da Educação. *Educação de jovens e Adultos: proposta curricular para o 1º segmento do ensino fundamental*. Disponível em: <<http://www.acaoeducativa.org.br/downloads/parte1.pdf>>. Acesso em: 20 jun. 2011.
- CALDART, Roseli. *Sobre Educação do Campo*. Apresentado no III Seminário do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA), realizado em Luziânia, GO, 2007.
- CALDART, Roseli Salete et al. (Org.). *Dicionário da Educação do Campo*. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012.
- CENPEC. *Aceleração de estudos: enfrentando a evasão no ensino noturno*. São Paulo: Summus, 2001.
- CONTEXTO histórico-político da educação do campo. Disponível em: <http://www.cefaprocaceres.com.br/index.php?option=com_content&view=article&id=194:educacao-do-e-no-campo&catid=14:artigos>. Acesso em: 19 maio 2012.

DI PIERRO, Maria clara; JOIA, Orlando; RIBEIRO, Vera Masagão. Visões da educação de jovens e adultos no Brasil. *Cadernos CEDES*, ano XXI, n. 55, nov. 2001. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ccedes/v21n55/5541.pdf>>. Acesso em: 20 jun. 2011.

DOSSIÊ: Educação de Jovens e Adultos: novos diálogos frente às dimensões contextuais contemporâneas. *Ecd. ev.*, n. 29, Curitiba, 2007. Disponível em: <www.scielo.br/scielo.php?script=sci-arttextepid=s0104-40602007000100005&lng=pt&nr=1&isoltimg=1&pteuserid=2>. Acesso em: 23 jan. 2014.

EDUCAÇÃO E SOCIEDADE, Revista de Ciência da Educação. Centro de estudos educação e sociedade, v. 1, n.1, São Paulo: Cortez, Campinas: CEDES, 1978.

FÁVERO, Osmar, RUMMERT, Sonia Maria; VARGAS, Sonia de. Formação de profissionais para a educação de jovens e adultos trabalhadores: A proposta da Faculdade de Educação da Universidade Federal Fluminense. In: _____. *Diversidade e desigualdade: Desafios para a educação da fronteira do século*. Apresentado na 22ª Reunião Anual da Anped São Paulo, 1999. CD-ROM.

FIGUEIREDO, Adriana Maria de. *Iniciação à pesquisa social – uma estratégia de ensino*. 2009. Disponível em: <www.ichs.ufop.br/conifes/anais/EDU/edu1501.htm>. Acesso em: 17 jun. 2014.

FREIRE, Paulo (1921). *Pedagogia da Esperança: Um reencontro com a pedagogia do oprimido*. Notas: Ana Maria Araújo Freire. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

_____. *Pedagogia do oprimido*. 42. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.

LOPES, Selva Paraguaçu; SOUZA, Luzia Silva. *EJA: educação possível ou mera utopia?* Disponível em: <http://www.cereja.org.br/pdf/revista_v/Revista_SelvaPLopes.pdf>. Acesso em: 20 jun. 2011.

MARTIN-BARBERO, Jesús. *Dos Meios às Mediações: comunicação, cultura e hegemonia*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1987.

MELO NETO, Jose Francisco de. *Paulo Freire dialogante*. Disponível em: <http://www.prac.ufpb.br/copac/extelar/producao_academica/ensaios/pa_e_2006_paulofreire_dialogante.pdf>. Acesso em: 20 jun. 2011.

NEVES, José Luiz. *Mestrando do curso de Pós Graduação em Administração de Empresas*. São Paulo: FEA-USP, 1998.

NÚMERO de analfabetos com mais de 15 anos caiu 7%. *O Dia Online*. Disponível em: <http://odia.terra.com.br/portal/Brasil/HTML/2010/12/numero_de_analfabetos_com_mais_de_15_anos_caiu_7_130271.html>. Acesso em: 20 jun. 2007.

PAULA, Cláudia Regina de; OLIVEIRA, Márcia Cristina de. *Educação de Jovens e Adultos: a educação ao longo da vida* [livro eletrônico]. Curitiba: Intersaberes, 2012.

PINHEIRO, Maria do Socorro Dias. *A concepção de educação do campo no cenário das políticas públicas da sociedade brasileira*. Tucuruí: 2007.

PISTRAK, Moisey Mikhaylovick. *Fundamentos da Escola do Trabalho*. Tradução de Daniel Aarão Reis Filho. 3. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

RAM. Revista de administração Mackenzie on-line, v. 10, n. I, São Paulo, jan./fev. 2009. Disponível em: <[www.scielo.br/scielo.php?script=epid s1678-69712009000100007](http://www.scielo.br/scielo.php?script=epid%2Fs1678-69712009000100007)>. Acesso em: 29 fev. 2014.

SANTOS, Boaventura de Sousa. *Pela mão de Alice: O social e o político na pós-modernidade*. 3. ed. São Paulo: Cortez, 1997.

SAVIANI, Demerval. *Da nova LDB ao Novo Plano Nacional de Educação: por uma outra política educacional*. 5. ed. Campinas: Editora Autores Associados, 2004.

II CONFERÊNCIA NACIONAL POR UMA EDUCAÇÃO DO CAMPO. *Por uma Política Pública de Educação do Campo*. Texto-Base. Luziânia, GO, 2 a 6 de agosto de 2004.

SILVA, Edna Lúcia da; MENEZES, Estera Muszkat. *Metodologia da Pesquisa e Elaboração de Dissertação*. 3. ed. rev. atual. Florianópolis: Laboratório de Ensino a Distância da UFSC, 2001.

SOUZA, Celina. Políticas Públicas: uma revisão da literatura. In: *Sociologias*, n. 16, p.20-45, dez. 2006.

TORRES, Rosa Maria. (1992). *Educacion para todos: La propuesta, La respuesta (1990-1999)*. Representada no painel Nueve anos despues de Jomtien, conferência anual da Sociedade Internacional de Educação Comparada, Toronto, 14-18 de abril, 1999. Buenos Aires, 1999.

ÚLTIMO SEGUNDO EDUCAÇÃO. Disponível em: <www.ultimosegundo.ig.com.br/educacao/um-terco-dos-professores-do-campo-tem-formacao-inadequada/n1597739247169.html>. Acesso em: 14 mar. 2014.

VASCONCELOS, Celso dos S. *Construção do conhecimento em sala de aula*. São Paulo: Libertad, 2002.

Sites:

<http://educarparacrescer.abril.com.br/aprendizagem/paulo-freire-300776.shtml>. Acesso em: 17 jun. 2014.

www.ichs.ufop.br/conifes/anais/EDU/edu1501.htm

http://www.pedagogiaemfoco.pro.br/cf88_01.htm

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/Emendas/Emc/emc64.htm2010.

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/Emendas/Emc/emc17.htm 2002.

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/Emendas/Emc/emc17.htm 1997.

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/Emendas/Emc/emc14.htm 1996.

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. 1988.

<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/3/3141/tde-18082009.../fr.php>. Acesso: 26 jul. 2014.

<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-4958-14-novembro-1942-414976-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acessado em 26/04/2014

http://www.pmf.sc.gov.br/arquivos/arquivos/pdf/14_02_2013_16.22.16.85d3681692786726a2c7daa4389040f.pdf. Acesso em: 17 de Junho de 2014.

Ministério da Educação. www.brasil.gov.br/noticias/arquivos/2012/03/20/governo-lanca-programa-de-educacao-para-populacao-rural

APÊNDICE A - Questionário professor



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA

Caro professor (a), contamos com a sua colaboração respondendo este questionário que faz parte da pesquisa a Educação de Jovens e Adultos no município de Santa Rita, do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) de Josefa Manuela Santos da Silva e Jakeline da Silva Farias, como parte dos requisitos exigidos para a conclusão do Curso de Pedagogia, Licenciatura com área de aprofundamento em Educação do Campo/UFPB. Para garantir sua privacidade não precisa se identificar, as respostas não serão identificadas.

Identificação do professor (a)

Naturalidade: _____
 Local de residência _____
 Escola em que atua _____
 Endereço da escola _____

1. Idade - Faixa etária:

() entre 21 e 30 anos () entre 31 e 40 anos () entre 41 e 50 anos () entre 51 e 60 anos

2. **Sexo:** () feminino () masculino

3. Nível de Escolaridade:

() Ensino Médio Incompleto () Ensino Médio Completo () Magistério () Ensino Superior Incompleto () Ensino Superior Completo

Instituição em que cursa ou cursou o Ensino Superior _____

Especialização. Qual Curso? _____

() Outros _____

4. Mora na comunidade em que ministra as aulas para jovens e adultos?

() Não () Sim

5. Você atua em outra escola.

Não () Sim (). Se sim qual? _____

6. Além do magistério, você exerce outra atividade remunerada?

() Não () Sim

7. Caso afirmativo, favor especificar:

8. Nível de ensino em que atua (especificar a série)

- () EJA Ensino Fundamental (anos iniciais). _____
 () EJA Ensino Fundamental (anos finais) _____
 () 1° ao 3° ano Ensino Médio
 () Rede pública municipal () Rede pública estadual () Rede privada

9. **Tempo de atuação no ensino em anos** () menos de 5 () de 10 a 15 () de 5 a 10 () mais de 15

10. Principais fontes de informações e conhecimentos:

- () TV. Que canais e programas? _____
 () Rádio. Que estações e programas? _____
 () Jornais. Quais? _____
 () Internet. Que *sites*? Onde acessa? _____
 () Livros. Qual o último que leu? _____

11. **Utiliza livros didáticos nas aulas de EJA?** () Não () Sim

Se sim, quais? _____

12. **Dispõe de material didático na escola para trabalhar na EJA** () Não () Sim

Se sim, quais? _____

13. Quais as principais dificuldades e desafios enfrentados por você enquanto educador/a de EJA?

- a () falta de recursos didáticos
 b () informações atuais
 c () acesso a novas metodologias de ensino
 d () desinteresse dos estudantes
 e () falta de apoio da administração/profissionais
 f () motivação interior
 g () falta de valorização da carreira do magistério educacional
 h () outro: _____

14. **Quais as principais dificuldades de encontradas por seus alunos?**

15. **Como você desenvolve suas aulas?**

16. **Você planeja as aulas?** () Não () Sim

Se sim, como é feito o planejamento?

17. **Na escola há planejamento com supervisora educacional** () Não () Sim

18. **Se sim, como é feito o planejamento?**

19. **A escola dispõe de equipamentos** () Não () Sim.

Se sim, quais são os equipamentos que a escola dispõe?

20. Qual foi a motivação que o levou a escolher o magistério?

oportunidade vocação indicação familiar outros

21. Quais as principais conquistas e avanços percebidos por você durante sua atuação em EJA?

22. Já fez alguma formação específica para ensinar na EJA Não Sim

Se sim, qual?

23. O município oferece algum Curso para educadores de EJA Não Sim

Se sim, qual?

24. O que você espera de uma formação para educadores/as que atuam em EJA?

APÊNDICE B - Questionário Secretário de Educação



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA

Sr. Secretário (a), contamos com a sua colaboração respondendo este questionário que faz parte da pesquisa a Educação de Jovens e Adultos no município de Santa Rita, do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) de Josefa Manuela Santos da Silva e Jakeline da Silva Farias, como parte dos requisitos exigidos para a conclusão do Curso de Pedagogia, Licenciatura com área de aprofundamento em Educação do Campo/UFPB.

Nome: _____ (opcional)

Telefone: (___) _____ (opcional)

1. **Há quanto tempo atua como Secretário de Educação do município de Santa Rita?**

2. **Qual a sua formação acadêmica?**

3. **Há quanto tempo o município desenvolve a Educação de Jovens e Adultos?**

4. **Atualmente quais as dificuldades enfrentadas pela EJA? Quais as medidas tomadas para mudar essa realidade?**

5. **Existem Políticas Públicas específicas para a EJA no município de Santa Rita? Quais?**

6. **O município oferece algum Curso ou formação específica para educadores de EJA?**
() Não () Sim. Se sim, qual?

7. **Qual a sua visão sobre o ensino da EJA no município?**

8. **Qual o número atual de alunos matriculados na EJA?**

9. **Com base no ano de 2013, quais os números referentes a:**
Aprovados: _____
Reprovados: _____
Evasão: _____
10. **Para que seja concluído o curso de Pedagogia com Área de Aprofundamento em Educação do Campo se faz necessário o Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) como uma pesquisa de campo a respeito do que já aprendemos na universidade. Qual a sua opinião sobre este trabalho?**

APÊNDICE C - Questionário aluno



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA

Caro estudante! Contamos com a sua colaboração respondendo este questionário que faz parte da pesquisa a Educação de Jovens e Adultos no município de Santa Rita, do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) de Josefa Manuela Santos da Silva e Jakeline da Silva Farias, como parte dos requisitos exigidos para a conclusão do Curso de Pedagogia, Licenciatura com área de aprofundamento em Educação do Campo/UFPB.

Endereço:

Naturalidade:

1. **Sexo:** () feminino () masculino
 2. **Faixa etária:**

() menos de 20 anos	() entre 21 e 30 anos
() entre 31 e 40 anos	() entre 41 e 50 anos
() entre 51 e 60 anos	() mais de 60 anos
 3. **Como você se considera (etnia)?**

() branco	() preto	() pardo	() amarelo	() indígena
------------	-----------	-----------	-------------	--------------
 4. **Mora próximo à escola?** () Não () Sim
 5. **Renda mensal familiar em Salário Mínimo (SM) (aproximada)**

() menos de 1 salário mínimo	() de 1 a 2 salários mínimos
() de 3 a 4 salários mínimos	() mais de 4 salários mínimos
 6. **Quantas pessoas moram em sua residência?**

() de 1 a 2 pessoas	() de 3 a 4 pessoas
() de 5 a 6 pessoas	() mais de 6 pessoas. Quantas? _____
 7. **Qual o nível de escolaridade da sua mãe?**

() não frequentou a escola	() do 1° ao 3° ano ensino fundamental
() do 4° ao 5° ano ensino fundamental	() do 6° ao 9° ano ensino fundamental
() ensino médio incompleto	() ensino médio completo
() ensino superior incompleto	() ensino superior completo
 8. **Qual o nível de escolaridade do seu pai?**

() não frequentou a escola	() do 1° ao 3° ano ensino fundamental
() do 4° ao 5° ano ensino fundamental	() do 6° ao 9° ano ensino fundamental
() ensino médio incompleto	() ensino médio completo
() ensino superior incompleto	() ensino superior completo
 9. **Você trabalha ?** () Não Sim ()
 10. **Se sim, em que trabalha?**
-

11. Qual sua jornada de trabalho?

12. Série em que está matriculado:

() 1° ao 5° ano ensino fundamental

() 6° ao 9° ano ensino fundamental

() 1° ao 3° ano ensino médio

13. Qual o motivo que o levou a frequentar uma escola da EJA?

14. Já frequentou antes outra escola de Ensino Regular? () Não () Sim

Se sim, por que não continuou?

15. Você gostaria de prosseguir nos estudos? () Não Sim ()

Se sim, qual curso gostaria de fazer?

16. Você tem alguma dificuldade de aprendizagem? () Não Sim ()

Se sim, quais e em quais disciplinas?

17. Quais disciplinas você mais gosta e por quê?

18. Quais disciplinas você menos gosta e por quê?

19. Quais assuntos, temas ou questões você gostaria que fossem estudados em sala de aula?

20. Como gostaria que fossem as aulas?

21. Além das aulas quais outras atividades você gostaria que a escola oferecesse?

22. Quais os problemas enfrentados pela EJA em sua escola?

23. Que tipos de aulas vocês gostariam que tivesse?

() jogos esportivos () pesquisa () outros